



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA**

Monografia de Graduação

Rafaela Araújo do Nascimento

Matrícula: 09/14819

**DEFESA E EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS COMO AGENTES MODELADORES DO
ESPAÇO EM SALVADOR-BA DURANTE O PERÍODO COLONIAL**

BRASÍLIA, DF

Outubro de 2012

Rafaela Araújo do Nascimento

Matrícula: 09/14819

Defesa e edificações religiosas como agentes modeladores do espaço em Salvador-BA
durante o período Colonial.

Monografia como parte dos requisitos para o curso de graduação
em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade
de Brasília.

Orientadora: Lúcia Cony Faria Cidade

Co-orientador: Tiago Luís Gil

BRASÍLIA, DF

Outubro de 2012

ARAÚJO, Rafaela do Nascimento.

Defesa e edificações religiosas como agentes modeladores do espaço em Salvador-BA durante o período Colonial/ Rafaela Araújo do Nascimento. - 2012.

72 f.: il.; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília; Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Lucia Cony Faria Cidade

Co-orientação: Tiago Luís Gil.

1. Ocupação. 2. Igrejas. 3. Fortalezas. 4. Análise de Sítio Urbano. 5. Expansão urbana. I. Cidade, Lucia Cony Faria. II. Gil, Tiago Luís. III. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Monografia e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e qualquer parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora, desde que citada a fonte.

AUTORA

Rafaela Araújo do Nascimento

Defesa e edificações religiosas como agentes modeladores do espaço em Salvador-BA
durante o período Colonial.

Monografia apresentada no curso de graduação à Universidade de Brasília,
Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, para conclusão do curso de
Bacharelado em Geografia.

Brasília, 10 de outubro de 2012.

Lúcia Cony Faria Cidade – Orientadora

Professora no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília

Tiago Luís Gil – Co-orientador

Professor no Departamento de História, da Universidade de Brasília.

Marília Luiza Peluso – Membro

Professora colaboradora do Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília.

Marcus Fábio Ribeiro Farias – Membro

Professor do curso de Geografia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Aos meus pais, Robson Alves e Edilene Araújo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Edilene Araújo e Robson Alves por me incentivarem a continuar a pesquisa frente a tantos momentos em que pensei em desistir e sair viajando por aí, e aos meus irmãos Elias, Rafael e Robson Filho por fazerem parte de tantos momentos em minha vida.

Aos professores Lúcia Cidade e Tiago Gil por terem aceitado me ajudar a elaborar esta Monografia e por terem me dado tanto apoio ao longo das pesquisas feitas para se chegar a esta versão final. E a Bruna Sirtori por me ensinar que paciência é uma virtude que deve sempre ser colocada em prática.

Aos amigos Leonardo Affonso, Fátima Ferreira e Ana Carolina Lopes por estarem presentes nesta caminhada acadêmica desde o começo e por terem me ajudado a enfrentar os mais diversos problemas que surgiram ao longo desta empreitada.

A Edson Iwamoto (in memorian), Adryelle Bueno, Wesley Gomes, Genebaldo Rios, Lucas Lira, Fernando Botelho, Hélio Alonso, Daniela Borges, Cibelle Branco, David Carvalho, Silvio Heleno, Lewy Pardini, Diule Vieira, Heraldo Botelho, Sebastião Gomes e a Bruno Luiz, por terem me mostrado que a vida ainda tem muito a me ensinar.

A José Barreto por ter estado ao meu lado nos momentos mais complicados de minha vida e por me acalmar com seu sorriso. E ao marrentinho do Fábio Brandão por agüentar as minhas dúvidas e reclamações perante alguns acontecimentos.

Se é possível fazer uma história econômica, uma história cultural, uma história política, também é possível fazer uma história a que eu daria o nome de história territorial, que é tentar captar a formação de uma sociedade abordada a partir de seu território (MORAES, 2001).

RESUMO

Apresenta características principais da expansão urbana da cidade de Salvador – BA, no período Colonial. Descreve os fatores responsáveis por tal expansão, analisando a construção de prédios religiosos e sua influência na paisagem territorial da cidade. Considera-se o fato de a cidade ter sido planejada inicialmente para ser uma fortaleza, levando em conta a geomorfologia local, e o quê isto influenciou na ocupação urbana da época. Apresenta mapas do período Colonial, fazendo análises cartográficas e, conseqüentemente, urbanas na cidade estudada, além de uma tabela com as datas de construção e as coordenadas das igrejas que foram erguidas durante aquele período. Estabelece uma correlação entre expansão urbana e a construção de prédios religiosos, mostrando que ambas estão diretamente relacionadas. Compreende-se o papel exercido por alguns agentes no que tange à organização espacial e às dinâmicas geradoras da paisagem local. Destaca-se o papel exercido pela religião, com foco na influência desta na localização e construção de seus templos.

Palavras-chave: Ocupação. Igrejas. Fortalezas. Análise de sítio urbano. Expansão urbana.

ABSTRACT

Presents key characteristics of urban expansion of the city of Salvador – BA, in brazilian Colonial period. Describes the factors responsible for such expansion, analyzing the construction of religious buildings and their influence on territorial landscape of the city. Considers the fact that the city was initially planned to be a fortress, taking into account the local geomorphology, and its influence in the urban occupation at that time. Presents brazilian Colonial period maps, cartographic and urban analysis of the studied city, and a table with dates of construction and the coordinates of the churches built during that period. Establishes a correlation between the urban expansion and the construction of religious buildings, showing that both are directly related. One can understand the role played by some agents regarding the spatial organization and local landscape generating dynamics. It highlights the role played by religion, focusing on its influence on location and construction of temples. Keywords: Occupation. Churches. Fortress. Analysis of urban site. Urban expansion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Prédios e cercamentos em Salvador-BA, nos anos iniciais do período Colonial (REIS, 2000)	44
Figura 2 – Planta referente aos primeiros anos de ocupação em Salvador (por volta de 1560) (REIS FILHO, 2001)	46
Figura 3 – Planta mostrando a ocupação de Salvador por volta de 1660 (REIS FILHO, 2001)	46
Figura 4 – “ <i>Planta da Cidade do Salvador</i> ” (REIS FILHO, 2000)	47
Figura 5 – “ <i>Planta da Cidade de S. Salvador (...)</i> ” (REIS FILHO, 2000)	47
Figura 6 – “ <i>Planta da Cidade da Bahia (...)</i> ” (REIS FILHO, 2000)	48
Figura 7 – “ <i>Mappa Topographico da Cidade de S. Salvador na Capitania da Bahia Situada (...)</i> ” (REIS FILHO, 2000)	48
Figura 8 – Expansão urbana direcionada pela construção de prédios religiosos	51
Figura 9 - Expansão urbana da cidade de Salvador durante o período Colonial	51
Figura 10 – Mapa ilustrando a expansão urbana, separada por séculos	53
Figura 11 - <i>Mappa Topographica da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios</i> , levantada e dedicada a Illustre Assembleia Provincial, por Carlo Augusto Weyll e publicada por Ferd. Glocker, impressa em Stuttgart por El Malte.Elaborado por volta de 1851	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 (APÊNDICE A) - LOCALIZAÇÃO DAS IGREJAS	64
QUADRO 2 (APÊNDICE B) - LOCALIZAÇÃO DOS FORTES	68
QUADRO 3 (APÊNDICE C) - FREQUÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DAS IGREJAS	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ANALÍTICA	19
2.1 Cidades coloniais, localização e redes	19
2.2 Expansão urbana e organização do espaço	21
2.3 Notas sobre os procedimentos de pesquisa	22
3 AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO URBANA E PAISAGEM EM SALVADOR DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1500 – 1821)	24
3.1 Relações econômicas e sua influência na sociedade do Brasil durante o período Colonial	24
3.2 Aspectos socioeconômicos e quadro natural em Salvador durante o período Colonial	25
3.2.1 Dinâmica socioeconômica em Salvador no período Colonial	25
3.2.2 Religião e poder em Salvador no período Colonial	30
3.2.3 Sítio urbano em Salvador no período Colonial	32
3.3 Planejamento, gestão do território e normas urbanas em Salvador durante o período Colonial	33
3.3.1 Planejamento: ordenações e parâmetros da Metrópole sobre como deveria ser a cidade	34
3.3.2 Gestão do território: como a cidade foi construída	36
3.3.3 Normas: determinações sobre a estrutura intraurbana de Salvador	37
3.3.4 Ações e práticas religiosas sobre o espaço urbano: a religião como agente modelador do espaço urbano em Salvador no período Colonial	38
3.4 Organização espacial em Salvador durante o período Colonial	44
3.4.1 Ocupação e organização espacial em Salvador no período Colonial	44
3.4.2 Expansão urbana em Salvador: surgimento de novos bairros no período Colonial	49
4 CONCLUSÃO	60
5 REFERÊNCIAS	62
APENDICE A – QUADRO COM LOCALIZAÇÃO DAS IGREJAS	65
APÊNDICE B – QUADRO COM LOCALIZAÇÃO DOS FORTES	69
APÊNDICE C – QUADRO COM A FREQUÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DAS IGREJAS	71

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador, outrora Cidade da Bahia, localizada às margens da Baía de todos os Santos, foi a primeira capital do Brasil. Como outras cidades, tende a expressar em seu traçado a evolução da dinâmica política, econômica, social e cultural que moveu o empreendimento colonial. Por um longo período, entre os principais agentes modeladores do uso da terra estavam o Estado e a Igreja Católica. Assim, a presente pesquisa visa conhecer o papel das ações de gestão do território implantadas na cidade e estabelecer seus possíveis impactos sobre a organização espacial e a paisagem urbana. Como forma de acompanhar permanências e mudanças, pretende-se apresentar as características principais da ocupação e da expansão urbana da cidade.

Estudos como os de Pedro de Almeida Vasconcelos, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do professor Maurício de Abreu, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre a temática da dominação social durante o período Colonial, da ocupação do território e do estabelecimento de cidades em diferentes países mostram que diferentes agentes exerceram papéis importantes nas mudanças relativas ao uso e ocupação da terra. Entre esses agentes estão a classe política local, seja influenciando nas relações comerciais, seja no modo da sociedade estabelecer suas manifestações culturais; a Igreja, por meio do papel exercido pela religião; e os grupos encarregados da defesa, por meio das questões relativas à proteção do território conquistado (VASCONCELOS, 2000; ABREU, 1987).

No Brasil, análises da época Colonial mostram o papel particularmente relevante das construções religiosas na conformação do espaço urbano. Julita Scarano (1978) informa que isso aconteceu em algumas cidades de Minas Gerais, como Diamantina e Ouro Preto, onde as construções religiosas tiveram grande importância na expansão urbana da região. Contudo durante o início do período Colonial, a Coroa tentava constantemente exercer seu poder de dominação social, autorizando apenas a construção de algumas Irmandades, facilitando assim o seu controle sobre possíveis manifestações sociais contrárias as suas preferências.

No período Colonial, a metrópole portuguesa buscava o domínio do território e a lucratividade das atividades econômicas. A metrópole estabeleceu normas e diretrizes que deveriam ser seguidas e implantadas na região para que ela tivesse total gestão do território e para a construção de cidades estratégicas tanto para a defesa do território como para a exploração de recursos naturais. Além do Estado, outros agentes foram importantes na dinâmica urbana, como os comerciantes e a igreja. A organização espacial resultante pode ser sintetizada principalmente como moldada por questões econômicas e culturais.

No estado da Bahia, a cidade de Salvador parece revelar as marcas de um longo processo em que aspectos militares, políticos, econômicos, sociais e culturais se mesclaram para resultar em uma organização espacial característica desta cidade. Além disso, ela possui um quadro natural de cidade litorânea, causado pela posição geográfica que ocupa e pela topografia da região. Somando-se a isto, tem-se a geomorfologia de seu centro que é demarcada por significativo desnível causado pela falha geológica presente na região, fatores estes que se apresentaram como condicionantes da ocupação territorial.

Fazendo uma análise crítica dos fatos, surgem alguns questionamentos sobre a expansão urbana de Salvador, como por exemplo: por que os portugueses pensaram em implantar na Colônia um sistema urbano aos moldes do implantado na Metrópole? Ou como se deu o processo de construção de uma cidade em uma região desconhecida? Como a Igreja exercia seu papel social, e ao mesmo tempo político? Quais eram as atividades desenvolvidas na cidade? E qual a direção de sua expansão urbana? Ao final da pesquisa espera-se responder, se não todos, alguns destes questionamentos assim como outros que possam vir a surgir durante o levantamento de dados.

A partir da discussão apresentada e tendo em vista os questionamentos gerais, as questões de pesquisa aplicadas visam a orientar a análise.

I Qual o papel da dinâmica política, econômica, social e cultural como condicionante geral da urbanização em Salvador?

II Em que medida as normas e diretrizes urbanísticas foram incorporadas nas políticas de gestão do território e qual o papel de agentes dominantes nas ações efetivamente implantadas na cidade?

III No quadro da expansão urbana, como se relacionam os processos dominantes, a organização espacial e a paisagem em Salvador?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a ocupação e a expansão urbana de Salvador, buscando compreender o papel de agentes causadores na organização espacial da cidade.

1.1.2 Objetivos específicos

Tendo em vista as questões de pesquisa levantadas, os objetivos específicos são:

1 Compreender o papel da dinâmica política, econômica, social e cultural como condicionante geral da urbanização em Salvador.

2 Analisar em que medida as normas e diretrizes urbanísticas foram incorporadas nas políticas de gestão do território e qual o papel de agentes dominantes nas ações efetivamente implantadas na cidade.

3 No quadro da expansão urbana, estudar as relações entre os processos dominantes, a organização espacial e a paisagem em Salvador.

1.2 Hipótese

No período Colonial, ao lado de um quadro normativo, agentes modeladores do uso da terra, como o Estado e a Igreja, condicionaram as políticas de gestão do território, a ocupação e as formas da expansão urbana em Salvador.

Uma das hipóteses de trabalho desta pesquisa, de cunho orientador, é que alguns agentes podem ter influenciado o estabelecimento de áreas privilegiadas mais do que outros, como é o caso do papel da igreja durante o período Colonial em Salvador. Considera-se que a localização de alguns prédios, áreas nobres e mesmo de lugares destinados ao lazer pode ter sido influenciada pela igreja Católica, tendo em vista que esta exercia grande domínio nas manifestações culturais locais nos períodos estudados nesta pesquisa. O próximo item sumariza os procedimentos adotados no desenvolvimento do estudo.

O tema em estudo delimita-se na análise de processos de ocupação e expansão urbana e seus agentes, na cidade de Salvador, ao longo do período Colonial. Um dos procedimentos usados para caracterizar Salvador do período Colonial foi o mapeamento

de construções feitas pelos portugueses, mostrando o direcionamento da expansão. Outra perspectiva foi analisar a influência das práticas religiosas e questões políticas e, ainda, da geomorfologia local, no que se refere à sua capacidade de moldar o desenho urbano. Buscou-se identificar uma possível padronização na ocupação inicial da cidade e, posteriormente a elaboração de um padrão de ocupação e expansão urbana.

Nesta pesquisa, pretendeu-se analisar não apenas a parte mais antiga da cidade (Cidades Alta e Baixa), mas também os seus arredores, para que fossem formuladas as observações necessárias sobre sua expansão e assim saber se houve ou não um padrão que foi seguido para a construção das casas nos limites tidos como urbanos.

A comparação entre as amostras temporais, referentes a cada mapa analisado, teve como foco principal analisar as políticas de urbanização que foram implantadas, se as foram, na cidade. Com tal análise pode-se saber em que direção a cidade foi crescendo e inferir em que medida este crescimento foi influenciado por questões políticas e/ou pelo relevo local. Pode-se ter em vista que “todo o conjunto de construções e de população ocasiona modificações no meio físico” (BEUJEU-GARNIER, 1997, p.273).

A primeira questão de pesquisa refere-se ao papel da dinâmica política, econômica, social e cultural como condicionante geral da urbanização em Salvador. Foram exploradas por meio de um levantamento de pesquisas similares, como as feitas por Pedro de Almeida Vasconcelos em seu livro *Salvador: transformações e permanências* (2000) e as de Russel-Wood (1981) ao mesclar as questões econômicas, urbanas e religiosas, tendo como principal agente as Casas de Misericórdia na Bahia. Para a análise da cidade e seu processo de ocupação/expansão, foram utilizados mapas e imagens de cartógrafos que fizeram desenhos da cidade no intervalo de tempo analisado e informações levantadas por pesquisadores que trabalham com o tema, como poderá ser observado do longo da Monografia. Muitos mapas já pesquisados se encontram em posse da Marinha, instituições de preservação histórica e museus¹ na cidade de Salvador.

¹ Tais instituições possuem sites onde disponibilizam os mapas para download assim como os fornecem em suas bases locais para quem estiver interessado em coletar informações sobre tais dados.

A segunda questão de pesquisa refere-se a em que medida as normas e diretrizes urbanísticas foram incorporadas nas políticas de gestão do território e qual o papel de agentes dominantes nas ações efetivamente implantadas na cidade. Inicialmente, foi analisado o sistema estabelecido para delimitar a ocupação dos bairros. Um dos aspectos foi a análise do perfil econômico da população local, usada para entender o planejamento do sistema, que se aplicava de acordo com a classe social a que pertencia a maioria das famílias residentes. Tentou-se com isto analisar como a cidade se expande e como se direciona, tendo em vista as limitações referentes ao relevo e a questões sociais.

A terceira questão de pesquisa refere-se a, no quadro da expansão urbana, como se relacionam os processos dominantes, a organização espacial e a paisagem em Salvador. Nesta etapa, o relevo local serviu como fator caracterizador na influência ou não da expansão urbana de Salvador. Houve um levantamento de imagens e mapas que pudessem servir como base para a caracterização da paisagem. Assim, informações complementares sobre o relevo do local foram levantadas a fim de que servissem como base cartográfica para delimitar cada bairro analisado ou vê-los em seu conjunto, onde se pôde fazer um levantamento das mudanças ocorridas na paisagem urbana na época em que cada mapa foi desenhado.

O capítulo 2, a seguir, trata de fundamentos teóricos que subsidiam as análises. O Capítulo 3 apresenta o contexto socioeconômico e físico-ambiental, incluindo a geomorfologia, além de apresentar os temas relacionados às ações de gestão do território e os agentes responsáveis, entre eles o Estado e a Igreja; e os resultados em termos de organização espacial e expansão urbana.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ANALÍTICA

Ao se abordar temas relacionados à expansão urbana, é necessário antes de tudo se tratar da definição de cidade, que segundo Sjoberg (1972) “é uma comunidade de dimensão e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não-agrícolas, nela incluída a elite culta”. Assim, no que tange a cidade de Salvador poderá ser observado ao longo da Monografia as mudanças que a cidade passou ao longo de todo o período Colonial.

2.1 Cidades coloniais, localização e redes

Segundo Clark (1985), algumas cidades coloniais serviram como lugares centrais, apesar das diferenças culturais e territoriais que possuíam com algumas regiões portuguesas, sejam funcionando como portos de escoamento da produção ou como ponto de controle/localização geográfica para os portugueses se orientarem no novo território.

No que se refere à condição cultural em que uma cidade é fundada, Salvador se enquadra no conceito de *cidade heterogénica* definido por Redfield e Singer (1954), onde esta é a cidade “criada por um grupo cultural externo àquele da área onde a cidade foi implantada: a cidade colonial é um exemplo” (*Apud* CORRÊA, 2002, p.175), onde a cidade foi construída de acordo com os moldes estabelecidos pela Metrópole portuguesa.

De acordo com Corrêa (2000), quanto à localização geográfica de algumas áreas onde se localizam atividades comerciais, é possível notar em cidades coloniais, que estas se localizavam próximas a rios ou ao mar, pois era o local que proporcionava uma maior facilidade e diminuição dos custos para se exportar a produção gerada pela colônia.

Levando-se em consideração a Área Central, Corrêa (1997) ainda defende que as redes passam a ser estabelecidas com as regiões adjacentes, a que mais se enquadra nesta Monografia é o estabelecimento de redes dendríticas² que são caracterizadas pela origem colonial, onde havia uma valorização dos territórios conquistados.

² Redes ramificadas e que se estabelecem em todas as direções numa determinada região.

Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia. Essa cidade, de localização junto ao mar, é o ponto inicial de penetração do território e sua porta de entrada e de saída (CORRÊA, 1997, p.43).

No que se refere ao tipo de cidade, nesta pesquisa, pode-se usar também a classificação empregada por Corrêa (1997) de *cidade primaz*, onde esta “concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho” (p.44). Esta cidade ainda concentraria a população com maior renda da região e os serviços urbanos, ambos servindo com pólos de atração para a população de outras regiões. Ao mesmo tempo em que apresenta tal argumentação o autor relaciona a interação entre rede dendrítica e cidade primaz como pode ser observado na citação abaixo:

Em realidade, na rede dendrítica verifica-se, em conseqüência do padrão espacial de interações, que à medida que se afasta da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas do comércio atacadista em termos de expressão política (CORRÊA, 1997, p.45).

Por se tratar de uma colônia portuguesa e, como defende Erthal (2000), tendo em vista que muitos comportamentos culturais empregados aqui foram implantados pelos portugueses, o sistema de produção implantado não poderia ser diferente do implantado pela Metrópole portuguesa em outras regiões, sendo este a “grande propriedade monocultora e exportadora com base na mão-de-obra escrava”.

Relacionando-se os meios de produção com a expansão urbana é interessante a observação feita por Sposito (2005), onde:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades (...) Assim, não devemos apenas enxergar na urbanização que se dá via industrialização, uma acentuação da proporção de pessoas vivendo em cidades. Devemos analisá-la no contexto passagem da predominância da produção artesanal para a predominância da produção industrial (p.50).

Segundo Sposito (2005) as cidades interagem não apenas recebendo as influências exercidas pelas transformações econômicas e estruturais que ocorrem em seus limites regionais e no estabelecimento de suas redes, pois elas dão “sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível do modo de produção capitalista” (SPOSITO, 2005, p.51), mostrando com isto que a industrialização dos

meios de produção e o melhoramento da tecnologia empregada no processo de produção, processamento e comercialização moldam a cidade.

2.2 Expansão urbana e organização do espaço

Segundo Corrêa (1997), as cidades coloniais podem ser divididas localmente como tendo regiões especializadas para cada serviço, mesmo que em menor quantidade e menos elaborado do que na Metrópole. Tais cidades apresentam portos e áreas comerciais bem discriminadas quando comparadas as demais áreas da cidade/vila, assim como áreas de lazer e dos demais serviços presentes na região. Assim, a cidade mesmo que ainda colonial teria a sua área central, que no presente objeto de estudo seriam as Cidades Alta e Baixa, sendo a primeira o centro de negócios, moradias e de serviços, e já a segunda seria o centro comercial e exportador/importador da região. Logo, a “Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial” (CORRÊA, 1997, p. 123).

McKenzie (1925 *Apud* CLARK, 1985, p. 184) defende a ideia de que “à medida que uma comunidade cresce não há simplesmente multiplicação de pessoas e construções, mas também há diferenciação e segregação.” Onde:

Linguagem, religião e costume dão uma poderosa base para a segregação social e a necessidade de estar próximo a centros de reunião, centros religiosos, lojas especializadas e lugares de entretenimento, limitam a dispersão geográfica de comunidades étnicas (CLARK, 1985, p.196).

Ao longo do processo de expansão de uma cidade é possível observar as mudanças que ocorrem na região, não apenas urbanas, mas também nas periurbanas. No que tange ao centro da urbe, Souza (2005) afirma ser ainda possível notar que em muitas cidades, o seu centro é claramente marcado por prédios antigos e de arquitetura usada na construção de prédios durante o período Colonial. O autor defende a ideia de que o centro histórico “no caso das cidades maiores, tendeu, muitas vezes, a se expandir e evoluir até atingir as dimensões de uma moderna área central de negócios, mais conhecida, como CBD - central business districti.” (SOUZA, 2005, p.64) Seguindo a mesma lógica, Sposito (2005) defende que:

Cem anos após a Revolução Industrial, o chamado centro guardava a sua estrutura original, com seus monumentos, suas ruas estreitas, algumas casas pequenas e compactas, jardins e pátios anexos às residências dos mais ricos. Estes foram abandonando, aos poucos, o centro, onde se amontoavam

trabalhadores pobres e recém-migrados do campo. Nos pátios e jardins eram feitas novas construções – casas, indústrias, barracões – tornando a densidade elevadíssima (p.56).

Assim, a paisagem urbana ao mesmo tempo em que proporciona a circulação de capitais numa cidade acaba gerando uma segregação social, onde questões políticas nem sempre são efetivas para toda a população.

As redes dendríticas influenciaram o estabelecimento de relações dos portugueses dentro do território recém conquistado, pois os portugueses ao chegarem à região desconhecida estabeleceram as primeiras bases próximas ao litoral para posteriormente adentrarem no território. Fazendo com que este tipo de rede fosse a mais indicada para se chegar a diversos pontos da região desconhecida. O capítulo a seguir trata das características que podem ser encontradas em Salvador, assim como os fatores que levaram a sua ocupação, fundação como cidade e também os agentes e fatores responsáveis por sua resultante configuração espaciais no final do período Colonial.

2.3 Notas sobre os procedimentos de pesquisa

A análise dos mapas de Salvador foi feita levando-se como principal ponto de referência o Terreiro de Jesus (lat. – 12,972700 long. -38,510089, coordenadas da quina que se localiza próximo ao atual prédio de Medicina da UFBA), no centro histórico de Salvador. Foi possível estabelecer certa precisão na área ao redor, onde se observa que as três quadras que a circundam na direção sudoeste permanecem com seus limites invariáveis ao longo do tempo.

Nesta primeira etapa de levantamento de pontos de controle, os mapas eram inseridos no *Google Earth*, e por meio da ferramenta *adicionar superposição de imagens*, delimitava-se quais pontos serviam como referência para as análises que seriam feitas. Onde atualmente localiza-se a Igreja de São Francisco (lat. -12,974472 long. -38,509167, ponto referente à entrada da igreja), as quadras tiveram que ser quase que completamente desenhadas, pois a diferença entre a escala usada na época e a que corresponde aos limites atuais é muito divergente. Para tanto foi levado em consideração que os trabalhos da época tinham, em sua grande maioria, apenas caráter ilustrativo, mais para informar quantos estabelecimentos havia no local e não para informar com precisão onde ficava cada quadra ou rua. Observa-se nos mapas que há diferentes ângulos de visão que foram levados em consideração pelo Cartógrafo,

mostrando que havia mais preocupação em informar ao rei o que havia na cidade do que onde exatamente ficava cada prédio.

A Praça da Sé³ (lat. -12,973654 long. -38,511228), conhecida oficialmente como Praça 15 de Novembro, passou por pequenas modificações ao longo do tempo onde originalmente ficava a “Igreja do Salvador que he a See”, no local é possível encontrar o monumento *A Cruz Caída*, referente à manifestação popular visando à preservação do local onde se localizou a primeira Sé da cidade.

³ Localizava-se de frente para o mar, com adro dourado pela luz poente do sol da Bahia. Frontispício primeiramente em pedra, dinamicamente trabalhado, como nos mostra José Antônio Caldas, foi retirado, no século XVIII, por problemas de contenção física da encosta. Foi destituída de suas funções por Carta Régia de 1765, determinando que a Igreja do Colégio, cujos jesuítas haviam sido expulsos, em 1759, pelo marquês de Pombal, fosse então Catedral (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).

3 AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO URBANA E PAISAGEM EM SALVADOR DURANTE O PERÍODO COLONIAL (1500 – 1821)

3.1 Relações econômicas e sua influência na sociedade do Brasil durante o período Colonial

As cidades brasileiras foram construídas e estruturadas visando à maximização do interesse mercantilista, e muitas só foram construídas para dar prosseguimento a tal atividade, seja durante o ciclo da cana-de-açúcar, do comércio ou da mineração. Contudo, como pode ser observado abaixo, durante o final do século XVII houve um declínio na comercialização do açúcar, o que acabou gerando algumas crises econômicas no Recôncavo Baiano e conseqüentemente em Salvador, como poderá ser visto ao longo da pesquisa.

A partir de 1663, diversos decretos da Coroa haviam protegido a indústria do açúcar, proibindo aos credores empreender ações judiciais contra os prédios e equipamentos das fazendas e decidindo que os credores fossem satisfeitos mediante os lucros derivados da venda do açúcar. O rei proibira também a venda compulsória das colheitas fora de época para o pagamento de dívidas. Quaisquer avaliações deveriam ser feitas somente na quinzena imediatamente anterior à chegada da frota, por dois representantes do conselho municipal. Nas duas últimas décadas do século XVII a indústria do açúcar sofrera a queda dos preços, a mortalidade de escravos e uma série de colheitas insuficientes (RUSSEL-WOOD, 1981).

O processo de urbanização brasileira iniciou-se pelo litoral. As cidades foram originadas de pequenos povoados, com construções precárias e mal estruturadas, que com o passar do tempo foram aprimoradas. Em boa parte do período Colonial, as cidades apenas sediavam uma capitania, que era de propriedade privada, onde a metrópole administrava uma pequena quantidade.

Os principais tipos de habitações eram o sobrado e a casa térrea, podendo-se caracterizá-la pela diferença entre seus pisos. Havia uma metragem para cada rua do centro histórico (medida em palmos, passos e braças) e uma organização padrão para a distribuição das casas, sendo que estas deveriam ser construídas, dependendo da renda da família, de pau a pique e/ou de palha (REIS FILHO, 2000).

3.2 Aspectos socioeconômicos e quadro natural em Salvador durante o período Colonial

Esta seção busca responder à primeira questão de pesquisa, que indaga qual o papel da dinâmica política, econômica, social e cultural como condicionante geral da urbanização em Salvador.

3.2.1 Dinâmica socioeconômica em Salvador no período Colonial

No início da colonização a agricultura era, majoritariamente, voltada para exportação, visando suprir às necessidades da Metrópole e os centros urbanos da Colônia concentravam uma pequena parcela da população, visto que a maioria dos proprietários de terra passava a maior parte do tempo em suas fazendas, indo à cidade apenas para resolver problemas, ou comparecer em reuniões com as autoridades presentes na cidade. Desta forma a cidade não exercia, ainda, um papel de pólo de comercialização, tampouco como local onde se localizavam a maioria das atividades importantes para o desenvolvimento da sociedade baiana desta época. Em alguns casos os senhores de engenho possuíam condições e conforto suficientes para permanecerem por um longo período em suas fazendas, como pode ser observado abaixo:

Em alguns casos, os engenhos competiam com as cidades, pois eram quase auto-suficientes. Por outro lado, os proprietários realizavam importantes investimentos no campo, tanto para o exercício das atividades econômicas (engenhos, escravos), como nos magníficos solares, e em capelas com dimensões de igrejas urbanas. Mas os proprietários agrícolas, que em geral eram membros das Câmaras, assim como as irmandades de prestígio, também se estabeleciam nas cidades. E realizavam construções de solares imponentes, onde viviam com a família, agregados e escravaria, sobretudo nos períodos de entressafra e das festas religiosas. As principais referências que se tem de residência dos proprietários agrícolas eram na Cidade Alta, onde se destacam solares como o magnífico Paço do Saldanha. De um modo geral os grandes proprietários realizaram vultosas doações para a construção de conventos outros estabelecimentos religiosos. No conjunto também contribuíram para as fortificações das cidades (VASCONCELOS, 2000).

Apesar disso, “na segunda metade do século XVII, com a crise da agricultura comercial, desenvolveu-se a produção de subsistência, em especial a pecuária” (REIS FILHO, 2000, p.35), fato este que fez com que aumentasse a população nas vilas, já que alguns escravos fugiam a procura de emprego na cidade e os fazendeiros se viam obrigados a encontrar novos meios de ganhar dinheiro.

No início da implantação das políticas que visavam à ocupação das cidades o que se observou foi a total falta de estrutura que Salvador tinha para suprir a necessidade da

população, não apenas a local como também a que constantemente desembarcava em seu porto. Desta forma a cidade deveria ter passado por algumas mudanças e adaptação quanto à nova estrutura da cidade, o que pode ser depreendido da afirmação de Castells (1983):

A cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho, chegando a um sistema de distribuição e de troca, que supõe a existência: 1. De um sistema de classes sociais; 2. De um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. De um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. De um sistema de troca com o exterior.

A partir da centralização de algumas localidades surgiram redes ligadas a esses centros que efetuaram trocas de produtos e serviços entre si. O desenvolvimento do comércio, dos serviços e do transporte concedeu um caráter especial e aumentou o potencial de atração e de relação, atuando como centros de uma área mais ampla.

As considerações de Schwenk e Cruz (2004) também se aplicam a Salvador, pois segundo os mesmos, o parâmetro comum no processo de centralização é a dominância dessas áreas numa região, sendo a centralização caracterizada como o resultante da tendência dos indivíduos se direcionarem a determinadas localizações, por interesses específicos tais como trabalho, atividades de lazer, econômicas e outras. Este pode, ainda, acontecer de duas formas: ou por incremento do número e da variedade de interesses *in locus*, ou pelo aumento do número de pessoas que encontram a satisfação de um particular interesse no mesmo lugar.

No caso de Salvador, ela teve um papel político de suma importância, pois “nossas primeiras vilas do litoral foram erguidas, nos propósitos simultâneos de firmar a posse da terra, de fixar o colono, de convocar as tribos e vigiar a costa ante ronda das naus corsárias.” (OMEGNA, 1961).

Durante boa parte do período Colonial, a economia baiana se baseou na plantação da cana-de-açúcar e na comercialização do açúcar produzido na região. Assim, tais fatores fizeram com que houvesse, na região, uma aristocracia rural, já que os senhores de engenho detinham o poder e a riqueza resultantes de tais processos.

Contudo, o mesmo açúcar que propiciou o desenvolvimento da aristocracia chamou a atenção de holandeses que tentaram invadir a cidade baiana por volta do ano de 1624. Após os conflitos, os holandeses foram expulsos da cidade e, segundo Russell-Wood (1981), esta só passou por nova crise econômica quando houve a migração para o interior do país com a descoberta do ouro em Minas Gerais, onde ele considera que “a apatia tomou conta de todos. Durante os primeiros anos do século XVIII, a sociedade permaneceu num limbo espiritual e econômico.” (p.86). O mesmo autor ainda comenta que a sociedade não havia consolidado as suas estruturas e que justamente por isto a aristocracia teve a sua “posição dominante solapada”, enquanto que a comercial não estava “suficientemente consolidada para haver produzido uma classe de homens de negócios confiantes em si próprios”. Assim houve uma mudança na estrutura social, onde “operou-se a transferência do poder dos fazendeiros para os homens de negócios” e por causa disto o centro do poder foi transferido do recôncavo para a cidade⁴.

Os comerciantes e artesãos presentes neste período podem ser caracterizados por sua instabilidade econômica, os comerciantes ficavam a espera dos atracamentos de navios no porto da cidade para que pudessem pegar as especiarias de outras regiões e posteriormente as comercializar em Salvador. Contudo esta classe social vivia à mercê dos navios, pois se estes atrasassem a sua chegada, impediam o comerciante de progredir socialmente, já que não havia produto a ser comercializado. Ao exercer o ofício de artesão os problemas continuavam, pois a Câmara era a grande responsável por estabelecer quais pessoas⁵ poderiam colocar em prática tal técnica.

Os comerciantes dependiam dos escravos para o transporte de suas mercadorias, pois a principal fonte de renda ainda era o refinamento da cana-de-açúcar, que com o passar do tempo passou por um processo de industrialização com a implantação de máquinas na extração do caldo para seu posterior refinamento. De acordo com Vicentino (1997) a chegada dos portugueses ao Brasil propiciou uma grande leva de matéria-prima e uma constante exploração de mão de obra barata nos territórios da colônia e que a presença de escravos trazidos da África era constante, assim como o seu posterior tráfico. Porém, com a Revolução Industrial foram implantadas novas técnicas nos engenhos de cana-de-açúcar, principal fonte de renda na região. Todavia a utilização de escravos era muito comum no cultivo, colheita e refinamento do açúcar.

⁴ Região onde se concentravam os engenhos.

⁵ Geralmente soldados vindos de outras regiões.

Mas devido ao alto custo de obtenção e manutenção de escravos, passou-se a capturar índios na mata, e posteriormente a vendê-los aos grandes proprietários de terra. O custo da captura era baixo, quando comparado à compra de novos escravos, e o valor de sua venda relativamente alto.

Nos primeiros anos de colonização, quando ainda estavam sendo implantadas as rotas comerciais e o tráfico de mercadorias era constante, os comerciantes não podiam adentrar aos limites urbanos, aqueles que se localizavam dentro das fortificações, ficando renegados às áreas próximas às fortificações. Logo, ser comerciante no início não era “algo visto com bons olhos” pela sociedade, tão pouco pela igreja que condenava as práticas de acúmulo de capital. Havia um sistema de comercialização clandestino, onde os escravos tinham que sair da área urbana para efetuar as transações comerciais, já que a classe social mais abastada não podia manter contato com os comerciantes.

Com o decorrer do tempo, os comerciantes⁶ puderam não apenas fazer parte da sociedade urbana, como também exercer papéis importantes na sociedade. Vilhena aponta que apesar de tal mudança estes residiam, em sua maioria na Cidade Baixa para facilitar o seu deslocamento até o porto e no final século XVIII, tinham um regimento independente (“Úteis”), “composto por comerciantes e pelos seus caixeiros” (*Apud* VASCONCELOS, 2000).

A mobilidade horizontal, como pôde ser percebida anteriormente, era constante nas classes sociais presente na Colônia. Abaixo trecho que mostra a transição passada por alguns soldados:

As atas da Câmara da Bahia, registram inúmeras transições de soldados para a profissão de alfaiate, de mercador, de padeiro, de pedreiro e de lavrador (OMEGNA, 1961, p.172).

Tais informações servem para contextualizar as constantes mudanças que ocorriam na sociedade de então, onde ofícios eram trocados por ordens superiores e não por que o trabalhador julgava necessário, mostrando a hierarquia estabelecida pelos colonizadores que aqui chegaram. Um dos objetivos principais era conquistar e não

⁶ “Em sua grande maioria eram compostos por portugueses que participavam de ordens terceiras, como a de São Domingos, e tinham irmandades próprias. O prédio da Associação Comercial em Salvador, na Cidade Baixa, do início do século XIX, é um dos melhores símbolos da importância da classe comercial em Salvador.” (VASCONCELOS, 2000).

estabelecer um ofício que seria exercido ao longo de sua permanência em terras desconhecidas. Assim, era crescente o número de profissões exercidas e cargos, que não existiam no Brasil, que de acordo com a necessidade foram sendo criados.

Outro fator importante para a mobilidade social foram as guerras frequentes contra os invasores e também o recrutamento⁷ de homens para defenderem o território durante os confrontos.

Ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças na estrutura econômica e de localização na cidade, é possível ainda observar que a devoção religiosa não sofreu muito com estas crises:

A participação laica era a mais dinâmica e apresentou as mais fortes expressões de organização social em nosso mundo colonial. Segundo a legislação canônica, essas agremiações de fieis eram, por ordem de importância, as santas casas de misericórdia, ordens terceiras, arquiconfrarias, confrarias, pias uniões primárias e outras pias uniões, todas elas tendo como base o espírito da vida entre “irmãos”, daí a denominação genérica de irmandade. A aprovação para a instituição dessas congregações dependia de Sumo Pontífice e do ordinário do lugar (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.30).

Apesar do exposto anteriormente, houve alguns acontecimentos que fizeram com que a sociedade confiasse mais em uma agremiação do que em outra. Como foi o caso da Santa Casa da Misericórdia na Bahia, que “era tão conhecida por suas eleições fraudulentas, que muitos cidadãos capazes de fazer parte do corpo de guardiães recusavam-se a participar da Irmandade” (RUSSEL-WOOD, 1981, p.76). Fato este que fez com que muitos possíveis benfeitores realizassem doações a outras irmandades ou ordens religiosas.

Ainda assim, a renda da Misericórdia era em sua maioria gerada por doações de particulares e de heranças deixadas por algumas pessoas ricas da cidade. Todavia, as doações eram feitas porque os benfeitores sabiam que os bens serviriam como empréstimo e que os juros cobrados serviriam para a caridade. No entanto,

Devido à grave escassez de moeda na Bahia durante a parte final do século XVII, os devedores cada vez mais se atrasavam no pagamento dos juros, ou passavam a fazer o pagamento em açúcar em lugar de dinheiro (RUSSEL-WOOD, 1981, p.76).

⁷ De acordo com Nelson Omega (1961) não havia discriminação racial ou de cor na escolha de pessoas a serem recrutadas, pois negros e pessoas de menor poder aquisitivo também eram chamados para serem soldados.

O que fez com que a Misericórdia tomasse providências a respeito de como seriam feitos os empréstimos e como se daria o pagamento:

Com essa experiência, adquirida penosamente, a Irmandade tomou, na década de 1690, uma série de medidas destinadas a evitar tais perdas e assegurar o pagamento constante dos juros. A prática de transferir empréstimos de um devedor para outro foi proibida, a menos que se fizesse o pagamento total do principal e dos juros à Misericórdia. A importância máxima dos empréstimos foi limitada a cinco mil cruzados. A contabilidade era verificada mensalmente e a Mesa e a Junta tinham de autorizar qualquer despesa de capital. Em todos os casos, tais instruções passavam a fazer parte do Compromisso e eram aprovadas pelo rei (RUSSEL-WOOD, 1981, p.76-77).

“Na cidade do Salvador quase não se abria testamento em que não fosse destinada alguma soma em dinheiro para a Sta. Casa” (SCARANO, 1978, p.28). A Misericórdia exerceu uma influência muito grande na economia baiana, pois emprestava dinheiro a juros e com isto se transformou na caixa mais forte da região, fazendo com que a economia da região não se estagnasse durante o período de crise na agricultura.

3.2.2 Religião e poder em Salvador no período Colonial

Durante o estabelecimento dos portugueses na cidade de Salvador, observa-se que estes impunham a sua fé a qualquer custo, desde o fato de os jesuítas comandarem o sistema educacional entre 1549 e 1759, enquanto os carmelitas controlavam a população pobre, pregando a caridade ao mesmo tempo em que tentavam dar alguma assistência a estas famílias, e ainda o poder que de uma forma geral todas estas organizações estabeleciam na região, como pode ser observado a baixo:

A religião católica foi estabelecida no Brasil como uma imposição cultural sem permitir alternativas. O clero secular, através das matrizes, controlava todo o território e a população. Eram os vigários os responsáveis pelos batizados, casamentos, enterros e seus registros e certidões. A existência era religiosa, o controle era civil, através das Casas de Câmara e Cadeia e seus vereadores, e nessa disputa de poder havia funções e contradições entre o rei e os arcebispos, entre a Câmara e os clérigos e os capelães, entre os laicos e os religiosos (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.28).

Contudo, alguns acontecimentos durante a invasão holandesa implicaram mudanças urbanas na região, e não se pode esquecer também das religiosas, pois os holandeses mudaram significativamente a dinâmica urbana da cidade:

Várias indicações são importantes: entre as portas de Santa Luzia (São Bento) e a Santa Catarina (Carmo), no lado leste, os holandeses tinham construído baluartes e o dique, no lugar das hortas; as casas que os holandeses derrubaram na frente das portas, no Carmo e São Bento; a igreja de São Francisco transformada em armazém; e a igreja da Ajuda

transformada em adega, o que deve ter chocado a religiosa população da época (VASCONCELOS, 2002, p.56).

Neste mesmo período, alguns retirantes vindos da região de Pernambuco, que migraram para Salvador fugindo dos holandeses, constroem suas moradias na área próxima a São Bento aumentando assim o contingente populacional neste local (COSTA, 1958:69 *Apud* VASCONCELOS, 2002).

Durante muitos anos a igreja, por meio de suas práticas religiosas e através de seus dogmas, exerceu grande influencia sobre a vida das pessoas, seja elas residentes em cidades ou áreas rurais. Assim, analisar a sua relação com a expansão de Salvador não poderia ser deixada de lado. Segundo Socorro Martinez e Sérgio Bertutti, em seu livro *Bahia: signos da fé* (1997),

Um dos mais rígidos elementos de controle social eram as organizações femininas que, sob a égide do Cristianismo e suas devoções, tinham a função de regular o sistema de fortunas patriarcais, que os casamentos abalavam com dotes obrigatórios, e estabelecer normas de vida e convivência segura numa sociedade em desenvolvimento (p.26-28).

No que tange ao lazer da população, muitas vezes, para não dizer sempre, estava atrelado aos festejos religiosos, pois “as grandes comemorações particulares eram os batizados, os casamentos e os enterros que, pelas cerimônias e pelo fausto, eram verdadeiras festas.” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.33). Já no que se refere à vida coletiva, os autores defendem que as procissões eram os eventos mais importantes, citando para tanto a procissão de *Corpus Christi*, que era promovida pela Câmara.

A população local não aceitava com tanta facilidade as ordens e ações religiosas emitidas pelos papados, o que poderia em alguns casos gerar conflitos entre as diversas crenças e cultos que eram praticados na cidade colonial (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997). Assim, no início do século XIX, foi construída a primeira casa de candomblé, que pertencia à nação Ketu, próxima à igreja da Barroquinha e erguida por membros da irmandade feminina de N. Sra. da Boa Morte (VASCONCELOS, 2002).

3.2.3 Sítio urbano em Salvador no período Colonial

D. João III, que não acreditava poder explorar todo o território brasileiro, além de estar mais interessado nas riquezas do Oriente, logo, no ano de 1532, dividiu o Brasil em capitanias hereditárias. Assim, a região litorânea foi dividida em faixas e entregue aos seus respectivos donatários⁸, ficando Francisco Pereira Coutinho, no ano de 1534, com o farol da Capitania da Bahia, localizado na Barra e nela aportando em 1536, onde estabeleceu a povoação do Pereira, depois conhecida como Vila Velha (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).

Ao se iniciarem a construção da cidade de Salvador, fundada como *São Salvador da Bahia de Todos os Santos*, levou-se muito em consideração a ventilação que a região escolhida proporcionava aos habitantes, pois “principalmente, se os ares acompanhassem o Sol, se os terrenos fossem altos e permitissem o escoamento fácil das águas. Assim, continuou a crescer Salvador, determinada a ser orgânica e racional na forma e no traçado” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.96).

A principal regra seguida, no que se refere à geomorfologia, diz respeito ao lugar onde a cidade deveria ser construída: “a cidade deveria ser posta em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra os inimigos vindos do mar.” (OMEGNA, 1961, p.11), o que em muitos casos favoreciam a sua construção em cima de morros ou lugares mais altos.

A região onde foi construída a cidade de Salvador possui um relevo acidentado, porém isto não impediu o seu estabelecimento e conseqüente desenvolvimento, mas pode sim ter dificultado a ocupação urbana. Apesar de tal dificuldade, durante o final dos primeiros anos de ocupação no período Colonial, a população de baixa renda começou a ocupar áreas como morros, encostas e a própria baía de Todos os Santos para construírem suas habitações, sabendo-se que o centro da cidade era ocupado pela população de maior poder aquisitivo. “A ocupação sucessiva das cumeadas, dos vales e altiplanos da Sé, Nazaré, Brotas e Matatu propiciou os percursos longos, mediante interligações nas cumeadas, e os atalhos dos cortes transversais entre os vales” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.20).

⁸ Fidalgos de confiança de D. João III.

Apesar de todo este planejamento inicial para a construção da cidade, o governo queria mudá-la para a península de Itapagipe, pois em 1813, houve uma série de desabamentos nas encostas⁹ da Cidade Alta, devido, sobretudo a construção de prédios próxima à encosta e também às más condições em que os prédios desta região eram construídos, tendo em vista que ela era ocupada por pessoas de menor poder aquisitivo, que moravam muitas vezes em cortiços (VASCONCELOS, 2002):

Na Salvador de encostas íngremes, altiplanos, vales e portos, tudo se facilitava, muito se escondia, muito se revelava. A segurança era indispensável, não só de fortes, bastiões ou trincheiras. A maior era sedutoramente organizada, em sistema absoluto, geminado entre a Igreja e o Estado (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.202).

Observando-se as plantas e planos urbanos feitos por cartógrafos a mando da Coroa, como os encontrados em Reis Filho (2000), a cidade foi construída próxima a extensa falha geológica presente na região, tendo como principal objetivo nesta época fazer com que quem viesse por mar avistasse a cidade e ao mesmo tempo protegê-la de possíveis invasores, já que subir a falha não era uma tarefa muito fácil, sendo que o seu porto foi fixado na parte baixa da cidade, paralelamente à falha.

Na sua ocupação foram adotados os antigos princípios gregos de acrópole e porto, dividindo assim funções claras na concepção urbana e estabelecendo uma forma que a caracterizou sempre em dois andares, sendo respectivamente, Cidade Alta e Cidade Baixa (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).

Após esta breve apresentação sobre a cidade de Salvador, serão tratados a seguir os agentes modeladores do uso e ocupação da terra, assim como os fatores que levaram a tanto. Mencionando as “preocupações” da Metrópole com relação a então Colônia.

3.3 Planejamento, gestão do território e normas urbanas em Salvador durante o período Colonial

Esta seção busca responder à segunda questão de pesquisa, que indaga em que medida as normas e diretrizes urbanísticas foram incorporadas nas políticas de gestão do território e qual o papel de agentes dominantes nas ações efetivamente implantadas na cidade.

⁹ A Cidade Alta e a Cidade Baixa são separadas pela falha geológica de Salvador, que pode ser caracterizado como uma depressão no relevo e possui uma faixa de terra de aproximadamente 100 quilômetros na direção norte-sul.

3.3.1 Planejamento: ordenações e parâmetros da Metrópole sobre como deveria ser a cidade

As *Ordenações* de Felipe II¹⁰ (1527-1598), de 1573, possuíam 149 cláusulas que deveriam funcionar como um código geral a ser seguido nos Municípios. Dentre tantas, as mais relevantes a presente pesquisa fazem referência a marcação de praças, ruas, rios¹¹: “*La Plaza, siendo em costa de mar, debe hacerze al desembarcadero del puerto, y tratando de lugar mediterráneo, em médio de la población. Em la Plaza no se daran solares para particulares, sino para la igelesia, casa real y se idificaran tienda*” (OMEGNA, 1961, P.8).

O urbanismo imposto por d’El-Rei ainda fazia obrigações a como ela deveria ser: “de la Plaza salgan cuatro calles principales, uma gravemente de cada costado; y demás de estas dos por cada esquina.”; “*En lugares frios sean las calles anchas e en lãs calientes angustas; y donde hubiere caballos convendrá que para defenderse em lãs ocasiones Sean anchas*” (OMEGNA, 1961, p. 9).

Havia uma preocupação constante no que se refere à estrutura que a cidade deveria ter, assim como as relações, comerciais e sociais, que se estabeleciam dentro e fora dela.

Salvador foi construída para ser uma fortaleza, tanto que se localizava no ponto mais alto da região e era cercada por uma fortificação, e apesar dos constantes conflitos com indígenas, corsários e potências estrangeiras, ela conseguiu permanecer erguida. Essa resistência, segundo Pedro Vasconcelos (2000), se deve muito à escolha de sítio defensivo, ao estabelecimento do sistema de fortificações, e a uma busca de produtos de exportação que permitissem a cobertura das despesas de manutenção da cidade.

A permanente construção de defesas foi o fator principal para o desenvolvimento da cidade, pois com o passar do tempo iam mudando de lugar seguindo nas direções Norte (atuais bairros do Comércio e Barbalho), Sul (atual bairro de Dois de Julho) e em

¹⁰ Rei da Espanha desde 1556 e rei de Portugal desde 1581 até 1598. Era filho do imperador Carlos V e de D. Isabel de Portugal. Assumiu o trono português após a morte de D. Sebastião, onde numa serie de disputas envolvendo o trono, as Cortes portuguesas reunidas em Tomar (1581) declararam Filipe II rei de Portugal, com o título de Filipe I de Portugal.

¹¹ Aqui tido como área aberta e com vegetação nativa, mas próxima ou nos arredores da cidade.

alguns pontos barradas ao Leste pelo dique do Tororó, sempre com o objetivo de aumentar a área urbana e defender o território.

Os fortes de Barbalho (norte) e de São Pedro (sul), foram pioneiros no desenvolvimento desses dois eixos de crescimento, ficando inclusive situados após os conventos mais distantes. As construções dos diques no lado leste, por outro lado, serviram como obstáculos ao desenvolvimento da cidade nessa direção (VASCONCELOS, 2000).

As construções militares eram sempre vistórias pelos governantes, desde fortificações portuárias, dos muros, trincheiras, fortes, e de armazéns. As obras eram pensadas e elaboradas pelos engenheiros militares que vinham de Portugal para examinar a qualidade das fortificações presentes na capital da Colônia.

Em 1667, Salvador foi elevada à sede do único arcebispado da América portuguesa, pois nela era realizada a reunião da frota anual de comércio no período de 1649 a 1765. A cidade foi estruturada para servir como um forte, e apesar do último ataque holandês ao Recôncavo (1649) e a capitulação dos holandeses em Pernambuco (1654), a cidade se fortificava cada vez mais, protegendo os muros que a cercavam (VASCONCELOS, 1997). Assim, tendo como principal objetivo o barateamento do custo de produção e a diversificação de técnicas foram criados na Bahia, no século XVIII, cursos de engenharia militar.

As fortificações e trincheiras serviram para definir o núcleo urbano, pois delimitavam a região que os portugueses habitavam, assim como os protegia de constantes confrontos com indígenas e europeus que queriam ocupar a cidade. E serviam, juntamente com os conventos, como “pólos” de atração para o crescimento urbano, já que os conventos presentes neste período se espalhavam por todo o interior da fortaleza, seja em função de renda da população mais próxima seja por questões político/religiosas que eram constantes na cidade. A cidade foi planejada e construída visando à conquista, dominação e defesa do território. Sendo sua defesa baseada no sistema de fortalezas estabelecido pelo mestre francês Vauban¹² (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).

¹²Utilizando-se dos conhecimentos das teorias urbanas criadas pelos arquitetos da época, tal mestre propôs a construção de Salvador rodeada por muros altos e com entradas de acesso, que eram vigiadas e reformadas constantemente para proteger a população residente de ataques indígenas e de possíveis invasores vindos pelo mar. Tais ideais foram colocados em prática pelos mestres Francisco Frias da

O seu traçado era relativamente regular, respeitando a topografia acidental, com a presença das duas primeiras praças, a primeira com a Casa do Governador, a Casa da Relação e a Casa da Câmara e o “guindaste das fazendas”, e segunda era a “dos Jesuítas”. A cidade já estava ocupada por quarteirões, de tamanhos diferentes, desde a Porta de Santa Luzia (na atual Praça Castro Alves) até a Porta de Santa Catarina (no atual Largo do Pelourinho), e registra também, agora intra-muros, o Colégio dos Jesuítas, de grandes proporções (oeste), vizinho à Sé, e o Convento de São Francisco (leste), e extra-muros, o Convento do Carmo (ao norte) e o Mosteiro de São Bento (ao sul) (VASCONCELOS, 2002, p.51).

3.3.2 Gestão do território: como a cidade foi construída

Durante o processo de colonização, os portugueses implantaram no Brasil algumas medidas que foram fundamentais não apenas para sua estadia no novo continente, mas também que propiciassem o seu desenvolvimento. As mais significativas dizem respeito às de colonização¹³ e aquelas que tinham como principal objetivo balancear as despesas, elaborando técnicas para que pudessem arrecadar o suficiente para suprir as despesas da Colônia (VACONCELOS, 1997). Somado a tudo isto ainda havia a necessidade de uma exportação que proporcionasse lucro o suficiente para pagar as despesas de manutenção da cidade.

As políticas implantadas tornaram-se fundamentais para a urbanização da Colônia, tendo em vista que favoreceram a expansão, e o mesmo tempo a defesa, do território colonizado até então. A região onde a cidade foi erguida, militarmente analisando, era propícia para que pudesse ser defendida de ataques inimigos e ainda contava com um sistema de fortificações bem protegidas e com constantes manutenções.

No que tange a criação de uma capital, o que foi possível com a construção da cidade de Salvador, foi de extrema importância fixar um ponto estratégico para defender e colonizar a região até então desconhecida. Nela era cada vez mais crescente o número de instituições, não apenas religiosas, mas também de comercialização, e a quantidade cada vez maior de sua população.

Mesquita, Jean Massé, Miguel Pereira e José Antônio Caldas, durante os séculos que se seguiram à sua fundação.

¹³ Infelizmente, não há registros de todas as medidas adotadas pelos portugueses. O que se sabe é que foram implantadas no Brasil algumas medidas de captura de índios e de extração de produtos primários, inicialmente o pau-brasil e a cana de açúcar e posteriormente na mineração em Minas Gerais.

3.3.3 Normas: determinações sobre a estrutura intraurbana de Salvador

Sua função normativa continuou: em 1769, o Marques do Lavradio tentou modernizar a cidade, proibindo o uso das “esteiras” (persianas) nas portas e janelas e também o uso de chapéus “desabados”; ordenou que as quitandas fossem retiradas do meio das ruas e que as ruas fossem limpas todos os dias (1972:95 e 174). Em 1782, o Marques de Valença, a partir das queixas dos comerciantes, assinou um bando (proclamação) proibindo a venda ambulante na cidade pelos “*mascates, ciganos..., marinheiros, negros*” com penas de perda das mercadorias, de multa de até 100\$000 réis e de seis meses de prisão (AUM, 10979:516), o que mostra a antiguidade do problema (VASCONCELOS, 2000, p.131).

Durante o desenvolvimento urbano no período Colonial, a Câmara exerceu um papel cada vez mais normativo, estabelecendo o que poderia ou não ser feito na cidade. E “em 1763 foi novamente proibido que as lavadeiras lavassem roupas nas fontes, especificando que elas deveriam lavar em vasilhas, numa distância de 50 palmos das mesmas (AC 1751-65:366); no mesmo ano, ‘Almotacés da Limpeza’ foram nomeados, para controlar os currais e matadouros” (VASCONCELOS, 2000, p.132 e p. 322).

As observações acima servem para mostrar o início do planejamento atrelado a questões de saneamento básico, pois o esgoto era jogado no rio das Tripas sem qualquer preocupação com as conseqüências que tal ação poderia causar. Em 1786, a Câmara começou a colocar em prática as normas do engenheiro Manuel Rodrigues Teixeira, que tinha como objetivo a pavimentação das ruas principais e “exigia, por posturas, a obediência aos alinhamentos das ruas, obrigando recuos e retiradas das rotulas (Ruy, 1949:318). Em 1814, foi proibido depositar cadáveres de escravos nas portas das igrejas (RUSSELL-WOOD, 1981:181)” (*Apud* VASCONCELOS, 2000, p.132)

Contudo, durante o primeiro século da colonização, como afirma Vasconcelos (2000) ao longo dos primeiros capítulos do livro *Salvador: transformações e permanências*, os comerciantes não eram bem vistos pela sociedade, pois alguns eram holandeses ou naturais de algum lugar que não possuía boas relações com Portugal. Partindo de tal premissa, “em 1785, a Câmara definiu os arruamentos das diferentes atividades comerciais e artesanais, assim como as regras sobre o comércio ambulante, e o transporte de bens e pessoas pelos carregadores” (VASCONCELOS, 1993). E semelhante ao que acontecia aos comerciantes, os artesãos também sofreram com a segregação espacial da época, pois havia um arruamento específico para sua localização, onde os lugares melhor localizados ficavam a cargo dos negociantes

enquanto que aos de ofícios mecânicos se localizavam nas áreas intraurbanas da cidade (VASCONCELOS, 2000).

3.3.4 Ações e práticas religiosas sobre o espaço urbano: a religião como agente modelador do espaço urbano em Salvador no período Colonial

Além deste fator de controle social, pode-se notar que estes estabelecimentos são agentes modeladores do espaço, tendo em vista que se estabeleceram em pontos estratégicos de expansão na cidade. Como as clarissas que se estabeleceram no bairro do Desterro, em 1655; as ursulinas, nas Mêrces e Soledade; as concepcionistas, na Lapa e em recolhimentos, entre os quais os de São Raimundo e Perdões (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).

Assim como aconteceu em Diamantina - MG, em Salvador algumas irmandades que eram criadas e ainda não tinha capela ou igreja podiam se estabelecer nos altares laterais¹⁴ da ordem principal, e ao terem condições financeiras boas¹⁵ o suficiente, construíam suas igrejas para participar mais ativamente da vida social na cidade (SCARANO, 1978).

Na cidade de Salvador, isto ocorre com a igreja de N. Sra. dos Homens Pretos que no começo se localizou no altar lateral da igreja da Sé da Bahia. Outra característica que pode ser observada é que a maioria das igrejas construídas tinha caráter provisório, como foi o caso da igreja de Nossa Senhora da Ajuda que foi reerguida com material mais resistente quase no mesmo lugar de onde foi erguida a primeira.

Ao longo do século XVIII¹⁶, é possível observar que houve uma crescente construção de prédios religiosos na cidade, onde estas tinham as construções portuguesas como principal modelo a serem seguidos. A Igreja Católica teve um papel de suma importância no desenvolvimento da cidade, tendo em vista que durante o período Colonial e juntamente com a descoberta do ouro em Minas Gerais, houve a construção dos principais edifícios religiosos na cidade baiana, fato este que acabou ajudando a moldar o espaço urbano e a forma de se comportar da população local.

¹⁴ Em se tratando de Matriz ou Sé, a situação nem sempre é a mesma. Varia de acordo com as circunstâncias locais, pois muitas vezes não foram construídas pela Irmandade do Santíssimo.

¹⁵ Durante o tempo que ocupavam os altares laterais, as confrarias iam construindo “patrimônio”, isto é, adquirindo os bens que lhes permitissem fazer a sua capela.

¹⁶ Ver tabela localizada no Apêndice.

Concomitante a isto, o Estado à medida que estabelecia e conservava as fortificações que circundavam a cidade fez com que houvesse uma segurança maior para que a população pudesse se estabelecer e se desenvolver. Assim como os comerciantes ajudaram no desenvolvimento da cidade, seja durante o ciclo da cana-de-açúcar, do fumo, algodão ou até mesmo do ouro nas minas ajudaram a cidade a se desenvolver e a remodelar a sua estrutura urbana (VASCONCELOS, 2002).

As ordens religiosas, principalmente as da Igreja Católica, inicialmente representadas pela figura dos jesuítas e posteriormente por padres e monges, exerceram um papel de suma importância para a expansão de Salvador e ao mesmo tempo controlavam as movimentações financeiras que ocorriam, como pode ser notado no fato de que “todo o clero regular cuidava de suas finanças não só recebendo doações, mas também cobrando foro e laudêmio, nas áreas urbanas” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.28), soma-se a isto ainda o fato de seus membros serem donos de edificações importantes na cidade, fazendeiros, farmacêuticos, senhores de engenho e comerciantes exportadores, o que acabava gerando divergências de interesses com os defendidos pela Coroa.

Algumas observações interessantes surgiram ao longo da pesquisa, como o fato de algumas igrejas terem sido erguidas em material precário e posteriormente derrubadas e erguidas no mesmo lugar, ou próximas a este com material de melhor qualidade que o anteriormente empregado, como foi o caso da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco que foi erguida em 1703 ou 1702, ocupando o lugar de uma edificação anterior e da Igreja da Ajuda. No presente mapa pode-se observar a presença destes prédios antigos e também onde seriam erguidas as atuais igrejas.

As igrejas e conventos eram construídos nos lugares melhores localizados na cidade, e de acordo com a importância de cada ordem religiosa eram erguidos os edifícios, mais elaborados e imponentes para os de maior prestígio e mais simples para os menos influentes. Contudo, após a expulsão dos jesuítas da Colônia¹⁷, a sua igreja e a escola passaram a exercer a função de hospital militar e posteriormente de escola de Medicina.

¹⁷ Em 1759, a Ordem dos Jesuítas é expulsa do Brasil pelo governo português, deixando na Colônia um enorme patrimônio para o Estado, dentre eles a administração de missões indígenas. VASCONCELOS, 1997.

Não se sabe ao certo, mas de acordo com as fontes pesquisadas, não há registro de capela particular nos primeiros anos de construção da cidade. O que faz com que se note a influência exercida pela igreja, já que tais prédios não eram erguidos e era possível avistar a igreja matriz com todo o seu esplendor de qualquer canto da cidade, pois como a cidade era pequena de qualquer lugar que se estivesse, dentro dos limites internos dos cercamentos, podia-se vê-la, “houve, porém algum senhor que achou não dever ficar atrás dos demais e, ainda assim, ergueu capela” (PINHO, 1946, p.279). Contudo, com o passar dos anos, alguns senhores de engenho, apesar da construção da igreja matriz, ergueram igrejas dentro de suas fazendas, para mostrar aos vizinhos e conhecidos o poder que possuíam e a riqueza que as suas fazendas geravam à sua família e também por devoção.

Além das organizações religiosas estabelecidas no Direito Canônico, foram construídos, nos mais diversos locais, capelas e nichos por iniciativa de particulares que, em determinadas ocasiões, expunham suas possibilidades econômicas em demonstrações de fé e efetivavam o desejo patriarcal de que todos os ritos sacros fossem realizados de forma privada (MARTINES; BERTUTTI, 1997, p.28).

Conforme defende Vasconcelos em *Os agentes modeladores de Salvador no período Colonial (2000)*:

Os prédios das outras grandes ordens, como a do Carmo, a de São Bento, e a de São Francisco, tiveram sua localização periférica à área central, servindo como pontos de apoio à expansão urbana. Compunham um arco em torno do centro de Salvador.

O mesmo ainda afirma que devido à importância destas ordens, havia a necessidade de terrenos amplos para a construção de seus conventos e casas de aluguel¹⁸, o que fez com que se localizassem na zona periférica da cidade, proporcionando as primeiras expansões na cidade.

Os jesuítas, com igreja e colégio, logo se fixaram, em condições precárias, fora das portas, ao Terreiro de Jesus, certos segundo Nóbrega, de que a cidade logo se chegaria até eles, no que acertaram, pois ainda no século XVI, ergueram-se a Sé Primacial, o Convento de São Francisco e o Convento do Carmo, no extremo norte da cidade (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997 p.20).

Ao edificar sua morada e feição de igreja no espaço que denominou Terreiro de Jesus, o padre Nóbrega estava plenamente consciente de que teriam espaço para crescer e estender seu poderio não só sobre a terra, mas sobre o comércio por mar, instalaram logo abaixo, na falha, o seu Guindaste dos Padres, fizeram porto, aterraram marinhas, construíram casas e trapiches.

¹⁸ “Elas chegaram a possuir mais de 400 imóveis em meados do século XVIII” (VASCONCELOS, 2000).

Todo conjunto era dominado pela igreja, cujas edificações foram em número de quatro no mesmo local (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.60).

Durante o período Colonial é constante a influência exercida na ocupação urbana pela religião, onde as mais influentes se sobrepunham as outras na escolha do tamanho e na localização dos terrenos disponibilizados para suas construções. Chega a ser surpreendente o poder que elas possuíam como pode ser observado na localização da Igreja Secular, que se localizava na área central da cidade, enquanto que as matrizes das paróquias, menos influentes, se localizavam nos bairros periféricos, proporcionando o posterior desenvolvimento destes.

No que se refere às Ordens Leigas¹⁹, o papel que elas exerciam era diferente. Se as católicas ocupavam amplos territórios para a construção de seus prédios, estas Ordens por sua vez, se localizavam, normalmente, junto aos seus respectivos conventos, quando havia na cidade. A maior significância destas Ordens, no que se refere à ocupação urbana e influência local, diz respeito à grande quantidade de imóveis que possuíam na cidade (674 em meados do século XIX, já no período imperial). As demais irmandades se localizavam em outros pontos da cidade e as mais ricas ocupavam os melhores pontos que sobravam depois de estabelecidos os terrenos das Ordens dos Jesuítas e das Ordens Leigas. Enquanto que as mais populares e menos influentes (sobretudo as de homens de cor) eram estabelecidas em locais periféricos (VASCONCELOS, 2000).

A igreja matriz era imponente e ao mesmo tempo fazia com que a população a admirasse, pois havia um cuidado constante com o seu frontispício para que pudesse ser visto de diversos lugares da cidade. “As portadas eram ricamente emolduradas, com cimalhas e pestanas onduladas, envolvendo nichos que mostravam devoção.” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.47) O estilo barroco em que a igreja foi erguida servia para destacá-la das demais e seus azulejos brilhavam e se destacavam mais que os das outras, o que a tornava única num centro repleto de outras igrejas.

Durante o período Colonial, os portugueses e principalmente as igrejas por meio da religião, exerciam grande poder de domínio e manipulação sobre a população que habitava a cidade. Sendo comum às famílias mais abastadas, nos seus testamentos e

¹⁹ “Em primeiro lugar, destaca-se a ordem da Misericórdia, pelo seu prestígio, e pela importância das funções exercidas, sua igreja e prédios anexos estavam localizados na área central da cidade” (VASCONCELOS, 2000).

mesmo como doação, quando seus membros ainda estavam vivos, deixarem uma parte de sua renda para a Ordem que pertenciam, como pode ser observado no seguinte trecho: “Domingos Afonso Sertão, em 1704, doou os terrenos para que os Jesuítas construíssem o seu Noviciado e, em 1724, ainda forneceu recursos para a conclusão das obras”²⁰ (VASCONCELOS, 1997).

No ano de 1700, a Misericórdia recebeu uma grande herança de João de Matos Aguiar para que esta ordem erguesse o seu Recolhimento, até a referida data, tal irmandade continuava sendo, das irmandades leigas, a ordem de maior prestígio. Como era a instituição que mais emprestava dinheiro, ela acabou adquirindo os terrenos que pertenciam aos jesuítas²¹. Após a expulsão dos jesuítas, no ano de 1764, a Igreja Secular passou a sediar a nova catedral de Salvador.

Já no ano de 1744, a Ordem Terceira de São Francisco recebeu a capela de São Miguel e algumas casas de particulares, além de “31 propriedades, entre 1732 e 1762 [SIC, 1975], 15 das quais pertenceram aos Jesuítas” (Livro do Tombo, 1853; *Apud* VASCONCELOS, 2000).

No ano de 1723, é a vez da Ordem Terceira de São Domingos fixar-se na cidade. Contudo, como esta ainda não possuía um convento erguido na cidade (MARTINEZ, 1979, p.210, *Apud* MARTINEZ; BERTUTTI, 1997), teve que se abrigar por algum tempo no Mosteiro de São Bento, seguido pelo Hospício da Lapa, sendo a sua igreja erguida por volta de 1731. “Essa ordem também adquiriu nove sobrados, entre 1745 e 1761” (Livro do Tombo, 1853; *Apud* VASCONCELOS, 2000).

No ano de 1739, teve início a construção²² da atual igreja Matriz da Conceição da Praia, cuja irmandade tinha grande influência na cidade. “Em 1718 foi aprovado o compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, vinculada à matriz do Passo” (SALGUEIRO, 1982; *Apud* VASCONCELOS, 2000) Tais acontecimentos mudaram significativamente a paisagem da Cidade Baixa, pois a Matriz foi erguida de

²⁰ Ainda é possível perceber outros relatos referentes à influência das Ordens no presente artigo de Pedro Vasconcelos (1997).

²¹ Tais terrenos iam desde a atual Rua Portugal até o local do prédio da atual Associação Comercial, na Cidade Baixa (Ruy, 1971:134; *apud* VASCONCELOS, 2000)

²² Ao contrário de algumas irmandades que precisavam de doações para erguer suas igrejas, esta igreja foi erguida por iniciativa da própria irmandade.

tal forma que todos a pudessem vê-la do mar, além de fazer com que a população voltasse a ocupar a região comercial da cidade.

Sintetizando o raciocínio defendido ao longo deste tópico pode ser analisada a ideia apresentada por alguns pesquisadores, principalmente Pedro de Almeida Vasconcelos e Nestor Goulart Reis Filho, onde ambos defendem a importância do papel exercido pelas igrejas no que tange a expansão urbana. Pode-se concluir que as igrejas tiveram um papel muito significativo nas primeiras expansões urbanas de Salvador, se não o principal papel, pois:

Sendo grande consumidoras de terrenos, tanto pelo seu porte, como pelas suas atividades complementares, os conventos tiveram um papel de ponta na expansão urbana de Salvador: os carmelitas e ursulinas (Soledade), instalaram-se no eixo norte; os beneditinos e ursulinas (Mercês), no eixo sul; e os franciscanos e franciscanas (Desterro), na periferia leste de Salvador (VASCONCELOS, 2000).

Tais localizações, juntamente com as apresentadas anteriormente, mostram como a quantidade de bens e a influência de uma Ordem interferiram/direcionaram as expansões urbanas. Assim, subentende-se que muitas decisões foram tomadas junto aos padres e religiosos, tendo em vista que alguns tinham muita participação nas questões políticas referentes à vida social, principalmente no que se refere à captura de índios²³ para substituição de mão-de-obra escrava e barateamento de custos para os senhores de engenho.

Ainda seguindo esta ideia, era constante a construção de igrejas nos Engenhos, pois naquela época os senhores de engenho concentravam boa parte da renda que circulava na cidade²⁴ e não se deslocava constantemente para a cidade, o que tornava necessária a construção de igrejas para que sua família pudesse realizar as práticas religiosas.

A igreja Católica passou cada vez mais a perder sua influência, mesmo com as irmandades possuindo um número significativo de membros e com as ordens leigas aumentando de quantidade, pois com o passar dos anos era cada vez mais notado o crescimento e domínio do Estado.

²³ Como foi o caso da Ordem dos Jesuítas, que foi pioneira na catequização dos índios presentes na Colonial.

²⁴ Visto que durante a maior parte do período Colonial a cana-de-açúcar foi à principal fonte de renda local.

3.4 Organização espacial em Salvador durante o período Colonial

Esta seção busca responder à terceira questão de pesquisa, que indaga no quadro da expansão urbana, como se relacionam os processos dominantes, a organização espacial e a paisagem em Salvador.

3.4.1 Ocupação e organização espacial em Salvador no período Colonial

Ao longo da evolução urbana, a cidade passou por mudanças não só estruturais como também o comportamento de seus moradores foi se tornando cada vez mais diferente quando comparado aos primeiros ocupantes de Salvador.

A imagem abaixo representa a cidade de Salvador no início do século XVII, mostrando as quadras que estavam construídas até a elaboração do mapa e a configuração urbana que apresentava até então, apresentando as quadras da cidade em ângulos diferentes, além de alguns elementos do mapa estar em escalas diferentes quando comparados entre si. Ainda é possível observar o caminho acima da cidade e as hortas, assim como as que estavam localizadas do lado de fora da cidade, o rio (atual Dique do Tororó), e os navios na baía responsáveis pela guarda e proteção da região.

Abaixo imagem de como foram dispostas as primeiras construções na cidade de Salvador, assim como o seu arruamento:

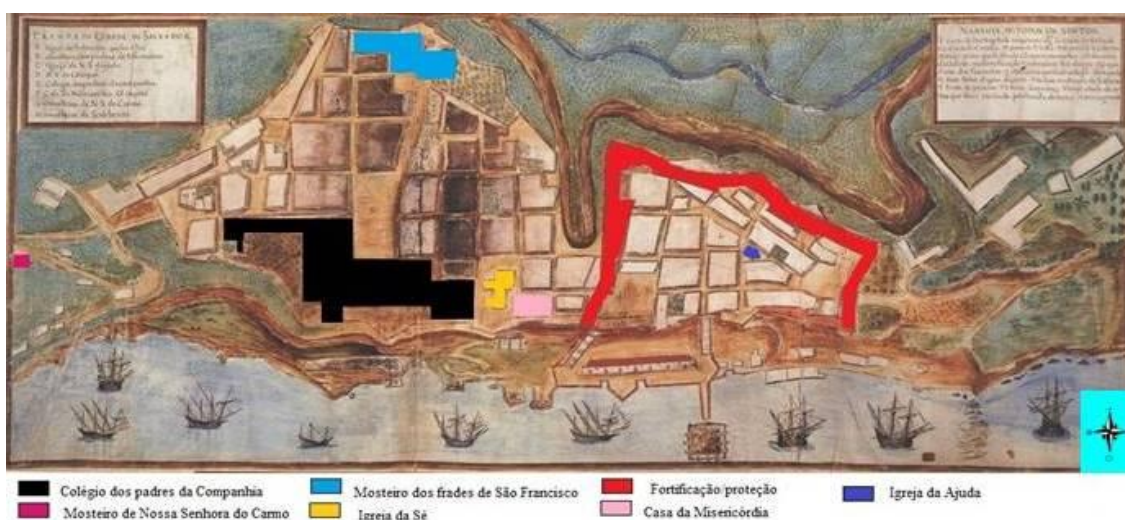


Figura 1 – Prédios e cercamentos em Salvador-BA, nos anos iniciais do período Colonial (REIS, 2000).

Seguindo as ordenações de Felipe II, as ruas foram dispostas de forma retilíneas. Além de a cidade ser erguida na região de maior altimetria do local (aproximadamente

68m acima do nível do mar) e que a região onde se localiza o Pelourinho (polígonos de coloração mais escura) está em nível topográfico mais elevado que as regiões adjacentes. Ainda é possível observar a trincheira que circundava a cidade para protegê-la de inimigos, tendo em vista que durante o período Colonial era constante a preocupação em defender o território de invasores. A cidade Baixa, primeira a ser ocupada pelos portugueses, aparece circundada pela primeira fortificação da região, de cor vermelha no mapa.

Essa forma urbana foi elaborada e evoluiu, através de posturas da Câmara que determinavam o arruamento, casas anexas às outras, alturas limitadas para as mesmas, dimensões das janelas e também a obrigatoriedade dos sobrados com janelas rasgadas em púlpito, com sacadas propícias ao teatro urbano, que era promovido pela Igreja em suas procissões e atos sacros (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.25).

Segundo Nestor Goulart Reis Filho, com o passar do tempo as casas da cidade foram sendo aprimoradas, ganhando uma distribuição espacial mais estruturada. A cidade era cercada por fortes e muros que tinham como principal função proteger a população de possíveis invasores, visto que na época o processo de colonização estava em seu auge e havia constantes confrontos entre os índios da região e os portugueses. A política urbanizadora visava à expansão da rede urbana, fazendo com que a população do campo migrasse, ou ao menos passasse mais tempo na cidade do que no campo.

O conjunto urbano de Salvador resulta em uma forma que reflete os ideais barrocos de altura, luz e panorama, nos mais variados ângulos, numa cidade que, interiorizando-se, não deixa de ser visualizada em sua borda de mar, seja pela mancha azul da baía, seja pela marca dinâmica de suas torres religiosas, que sinalizam fé, tempo e lugar (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.20).

Em 1605, observa-se uma espécie de cercamento na parte mais antiga da cidade, algo parecido com uma muralha ou paliçada, para proteger a cidade de invasões. Ao longo da análise deste mapa, observa-se que não houve mudanças significativas no arruamento e nas quadras presentes na cidade, sendo para tanto estabelecido como parâmetro estes locais citados anteriormente, ambos servindo como pontos de controle para o presente estudo.

A atual Praça Tomé de Souza ainda preserva o seu formato original, mas o que se observa é a mudança que ocorre no local onde ficará o atual Elevador Lacerda, havendo a destruição de um prédio para a construção da rampa de acesso ao mesmo. Abaixo alguns mapas que serviram como base para a pesquisa:

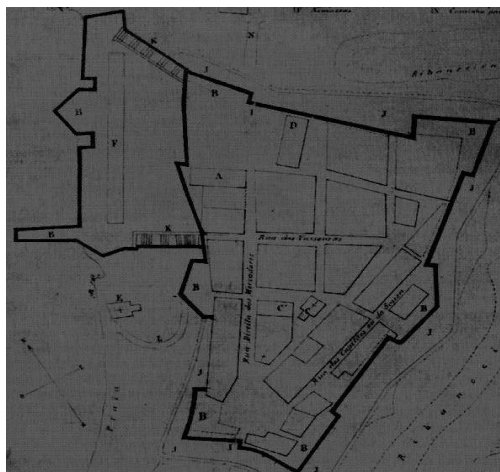


Figura 2 – “Planta referente aos primeiros anos de ocupação em Salvador” (por volta de 1560) (Reis Filho, 2001).

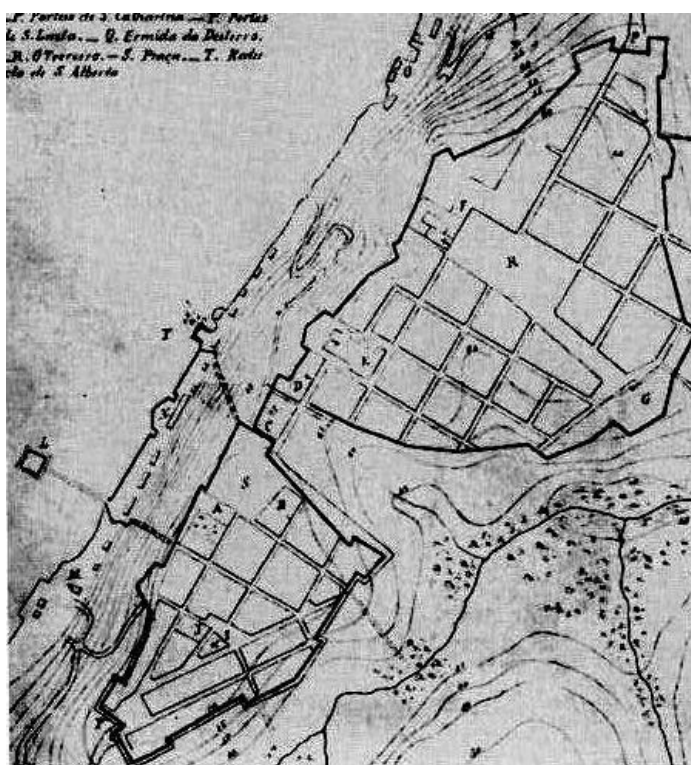


Figura 3 – “Planta mostrando a ocupação de Salvador por volta de 1660.” (REIS FILHO, 2001)



Figura 4 - “Planta da Cidade do Salvador” (REIS FILHO, 2000).



Figura 5 - “Planta da Cidade de S. Salvador (...)” (REIS FILHO, 2000).

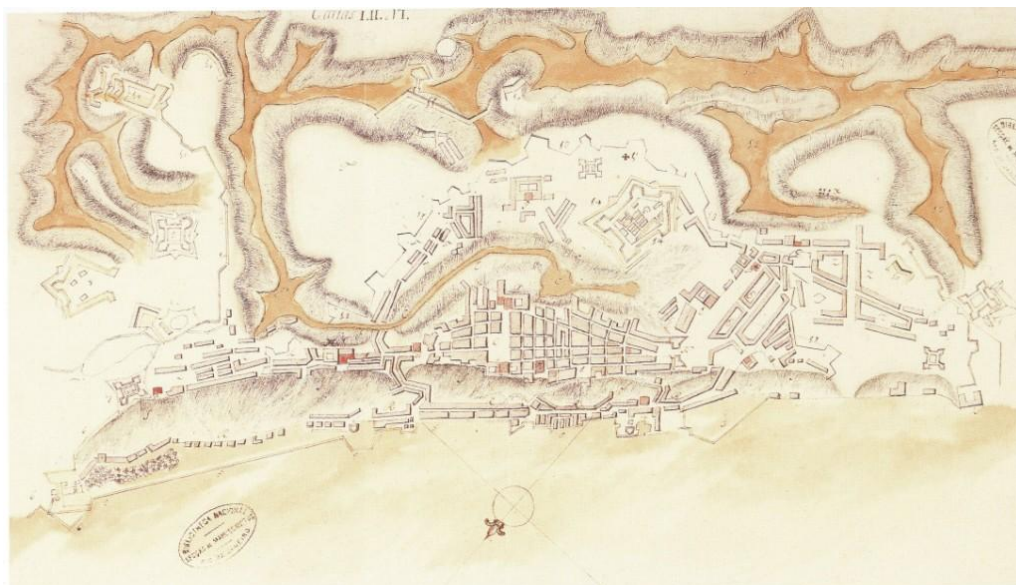


Figura 6 - “Planta da Cidade da Bahia (...)” (REIS FILHO, 2000).



Figura 7 - “Mappa Topographico da Cidade de S. Salvador na Capitania da Bahia Situada (...)” (REIS FILHO, 2000).

Em relação ao mapa de 1625, observa-se que a escala está diferente da realidade apresentada, sendo que os seus pontos estão quase completamente fora de padrão quando comparados à imagem atual ou até mesmo ao mapa de 1605. O mapa tem um estilo ainda mais voltado para a estética, onde as quadras são representadas de forma retilínea, não se levando em consideração as diversas curvas presentes na região. Para a análise deste mapa levou-se em consideração as quadras próximas ao Terreiro de Jesus, já que as quadras adjacentes não mudam ao longo da evolução urbana. Já para a parte

Sudoeste do mapa, fez-se uma adaptação do mapa de 1605 ao de 1625 e às imagens atuais do Google Earth.

Ainda no mapa de 1625, é possível notar a presença de uma fortificação que circunda toda a região onde há a parte mais antiga da cidade com as áreas presentes com a expansão urbana, com uma abertura para o litoral, desta forma dando acesso ao local onde os navios atracavam.

A cidade de Salvador foi planejada e concebida com praças grandes para os padrões da época, onde eram constantemente realizadas as manifestações religiosas²⁵, onde a população exercia o seu lazer, servindo não apenas como ponto de encontro local, mas também regional, pois toda a população adjacente se dirigia para a praça.

3.4.2 Expansão urbana em Salvador: surgimento de novos bairros no período Colonial

Analisando informações de alguns sites dos museus presentes na cidade e as informações levantadas ao longo deste capítulo, conclui-se que as primeiras freguesias a serem implantadas na cidade foram as da Sé e Vitória (1552), e que posteriormente surgiram as de Conceição da Praia (1623) e de S. Antônio além do Carmo (1648). Em alguns momentos tais freguesias serviam como pontos de expansão e onde deveria ser delimitado e/ou estabelecido os limites da capital.

Infer-se dos mapas no Apêndice que a cidade se desenvolveu inicialmente nas direções Norte-Sul. Sendo o seu crescimento urbano inicial de forma linear, onde na direção Sul cresceu na direção do Mosteiro de São Bento, chegando próxima ao forte de São Pedro. Já no eixo Norte, a cidade cresceu em direção às Portas do Carmo e, posteriormente, ao Convento do Carmo, chegando às trincheiras de Santo Antônio e do Barbalho.

“Quando a palissada da Cidade Alta ficou pronta, a população mudou-se das acomodações apertadas na praia para a área defendida do alto” (RUSSEL-WOOD, 1981, p.65) Devido à epidemia de febre amarela e a de cólera houve a necessidade de se

²⁵ A de maior amplitude era a do Bonfim, onde na praça havia até casas para os romeiros.

construir um hospital²⁶ fora dos muros, para prevenir possíveis contágios, no lado norte da Cidade Alta.

No final do período Colonial, Salvador ainda era uma importante praça comercial e o Rio de Janeiro começava a ultrapassá-la, sobretudo com o afluxo de população e com as melhorias realizadas com a chegada da Corte portuguesa, em 1808 (...) A cidade ainda não tinha ampliado muito sua superfície, ainda os fortes São Pedro (sul), e os fortes de Santo Antonio e do Barbalho (norte) e o dique do Tororó como limites da parte mais densamente povoada. A Cidade Alta passou a contar com equipamentos modernos que reforçavam sua atratividade, por outro lado, novas praças foram abertas, como a da Piedade e do Passeio Publico, consolidando a urbanização do eixo sul da cidade. Os bairros de Barris, Palma e Desterro, situados a leste, se desenvolveram no período (VASCONCELOS, 2000, p. 175).

Os conventos exerceram um papel de suma importância no que tange a expansão urbana da região, pois por possuírem muros tão espessos, eram verdadeiras fortificações que atraíram o crescimento da cidade tanto para o norte, com o Convento do Carmo, como para o sul, com o Convento de São Bento. Quanto aos Jesuítas, por serem a principal ordem, se localizavam na parte mais influente da cidade²⁷, enquanto os Franciscanos regulavam os fundos do Terreiro, ficando a leste. Apesar de algumas construções serem erguidas fora dos muros da cidade, algumas permaneciam na parte interna, como foi o caso das políticas, religiosas e civis²⁸ que se localizavam próximas à primeira praça da cidade e em ruas de fácil acesso a Cidade Alta.

Devido às condições geográficas de localização da cidade, esta se expandiu de acordo com alguns fatores que delimitavam o seu limite urbano. Desta forma, a cidade poderia ser dividida assim: a leste era limitada pela Ribeira das Tripas, na Baixa dos Sapateiros, cuja nascente se localiza no vale da Barroquinha e pelo dique do Tororó; ao oeste pela baía de Todos os Santos; ao Norte pelas portas do Carmo²⁹ e pela Soledade enquanto que ao Sul era limitada pelas portas de São Bento, indo até o forte de São Pedro. Ainda é possível notar a presença do início do bairro dos Barris, assim como os da Palma e do Desterro, além das hortas atrás do convento do Carmo, no atual vale de Nazaré.

²⁶ A construção levou de outubro de 1549 a janeiro de 1550 e a estrutura final era sólida e permanente (RUSSEL-WOOD, 1981 p.65-66).

²⁷ No alto a oeste, em frente ao Terreiro de Jesus.

²⁸ Podem ser citados como exemplos: o Palácio do Governador e a Casa da Câmara; a Sé; e a Misericórdia, respectivamente.

²⁹ Antiga porta que protegia a entrada Norte da cidade de Salvador.

Abaixo mapa fazendo uma comparação entre o que havia sido construído no começo do período Colonial com o que havia em seus últimos anos:

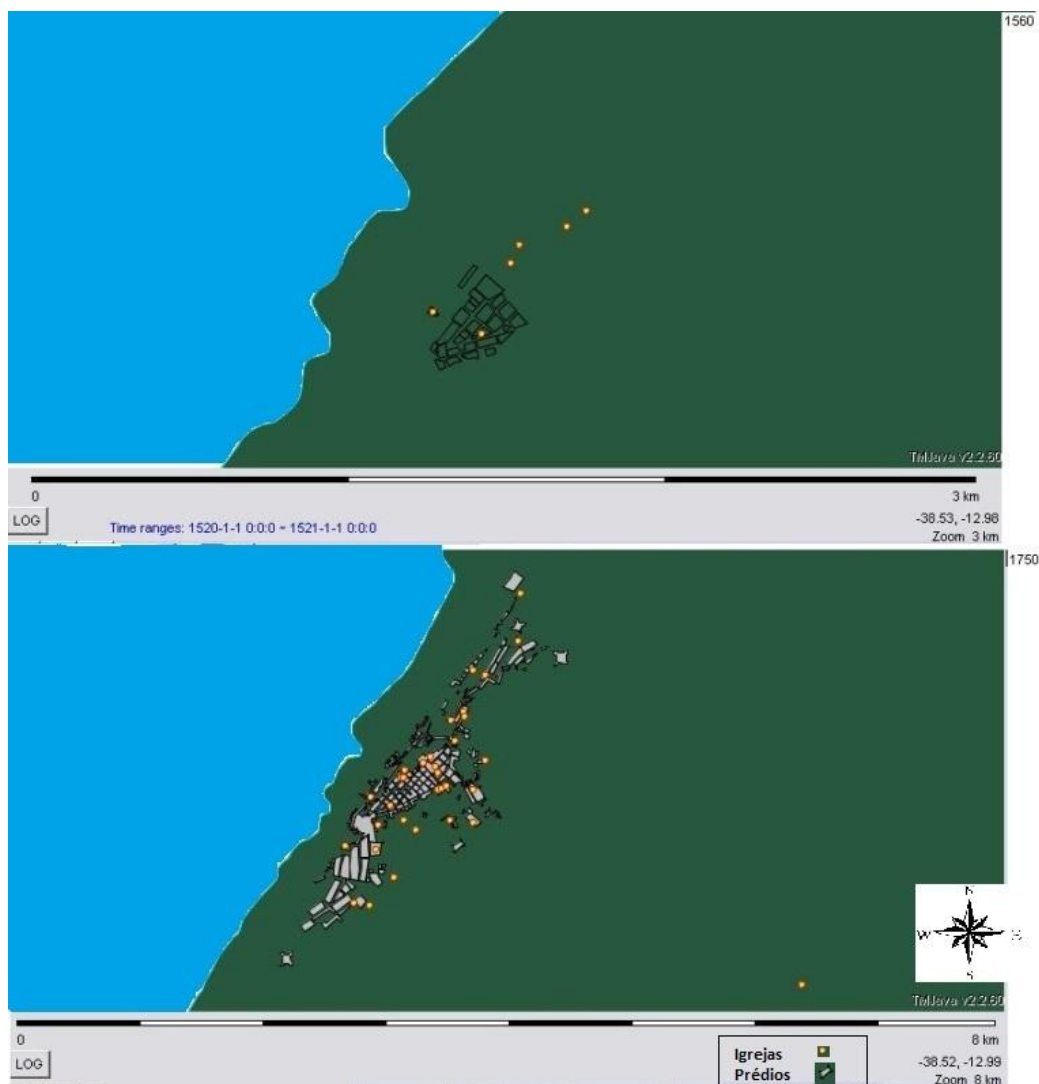


Figura 8 - Expansão urbana direcionada pela construção de prédios religiosos.

A seguir têm-se mapas mostrando como era a ocupação urbana em alguns intervalos de tempo.

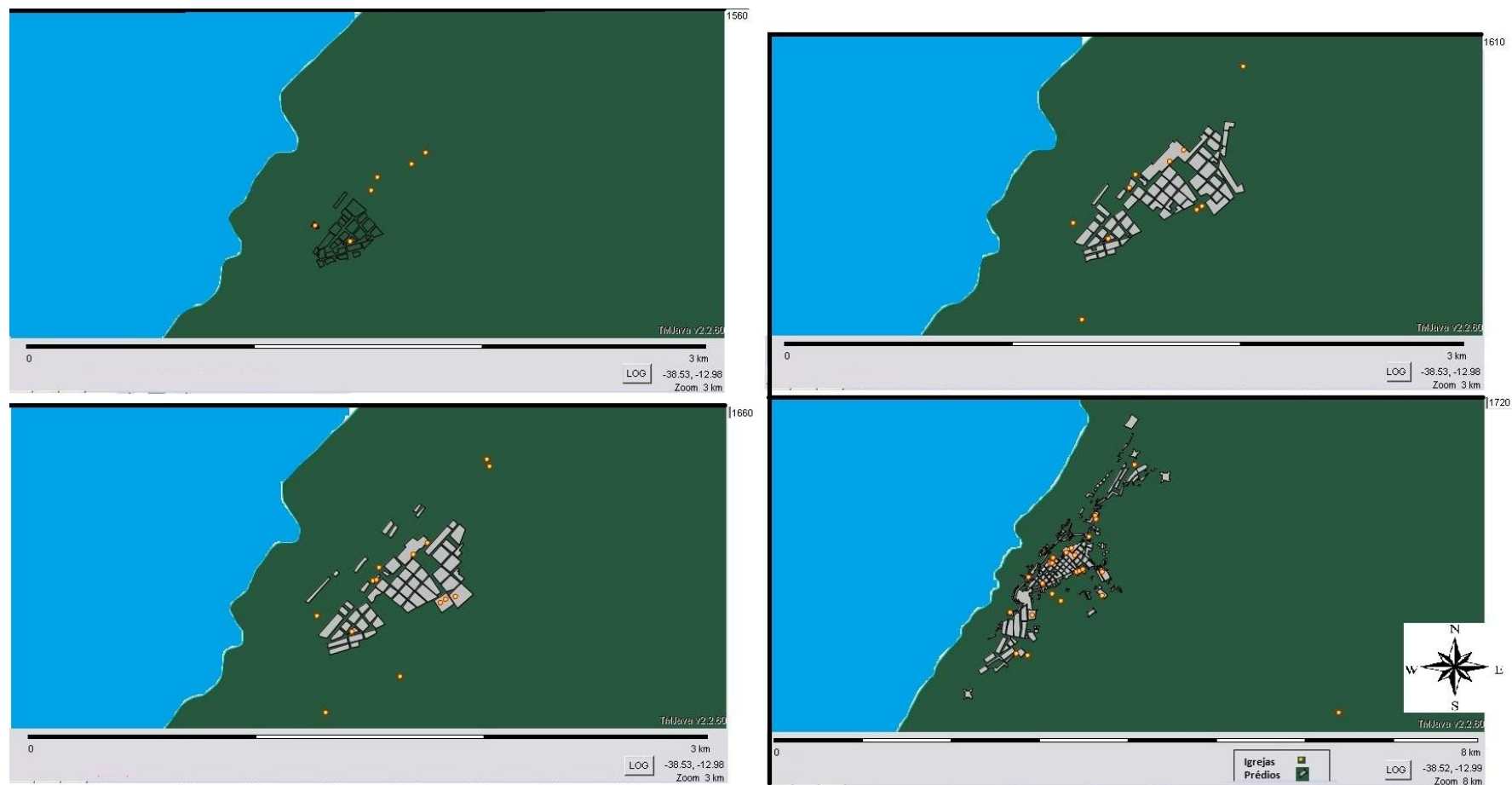


Figura 9 - Expansão urbana da cidade de Salvador durante o período Colonial.

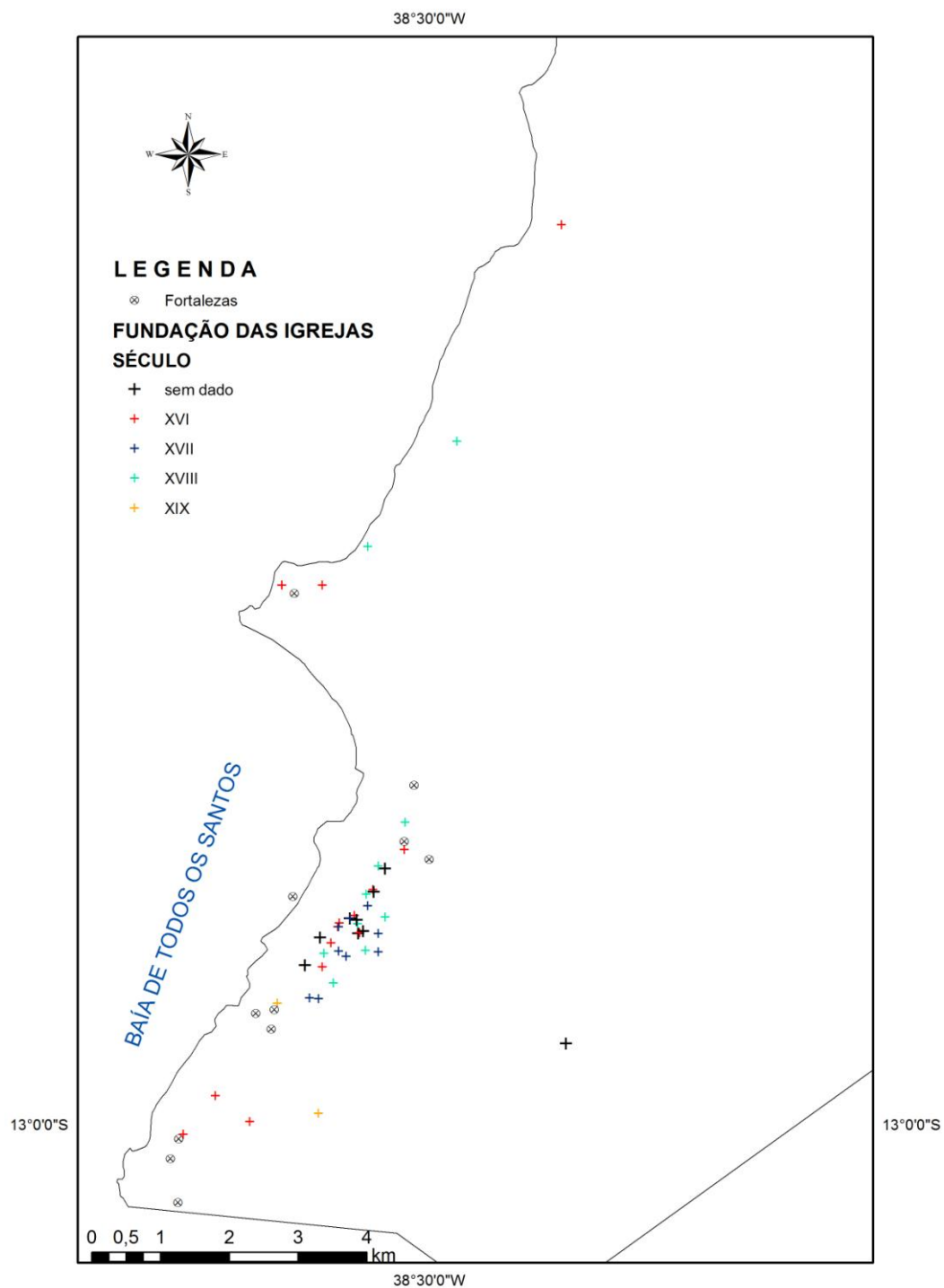


Figura 10 – Mapa ilustrando a expansão urbana, separada por séculos.

Com relação aos mapas analisados, nota-se uma pequena modificação na planta do Colégio dos Padres da Companhia e a junção de algumas quadras localizadas próximo a Igreja da Terceira Ordem de São Francisco. Assim como o desaparecimento

do cercamento que protegia a parte mais antiga da cidade. Ainda é possível observar a presença de uma rampa, onde se instalará o Elevador Lacerda, ligando a Cidade Alta com uma pequena parte da região recém aterrada, na qual já se podem notar algumas construções.

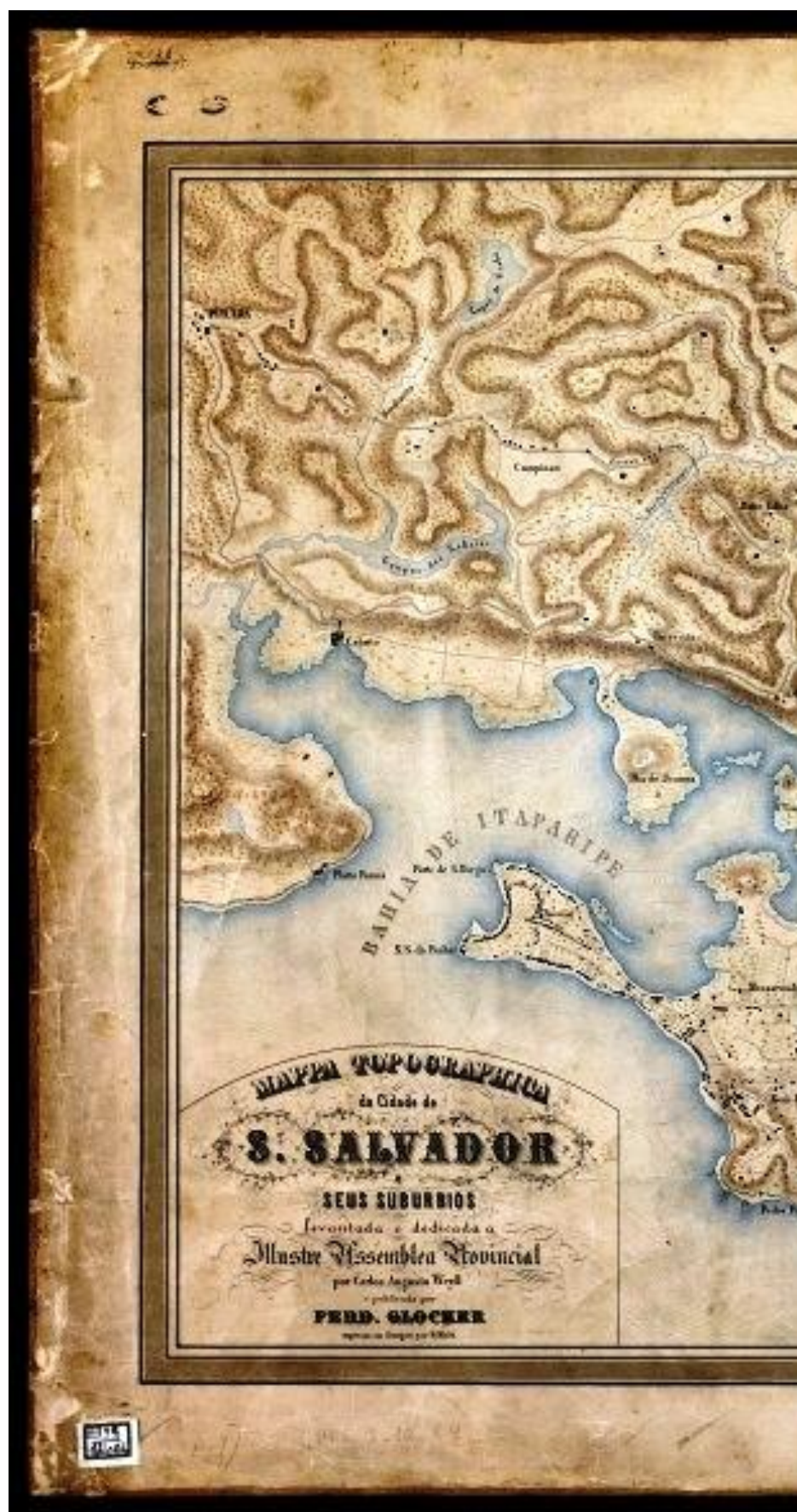
Há uma mudança no prédio que se localiza no meio da Praça da Sé, este fica menor ao mesmo tempo em que ganha um novo formato, já as quadras próximas ao atual Largo do Pelourinho passam por uma mudança completa, onde a maior parte foi derrubada ou sofreu um remodelamento em seus limites. Assim não se podem observar expansões urbanas nesta região, e sim uma mudança na paisagem local, na parte localizada próxima a área recém aterrada.

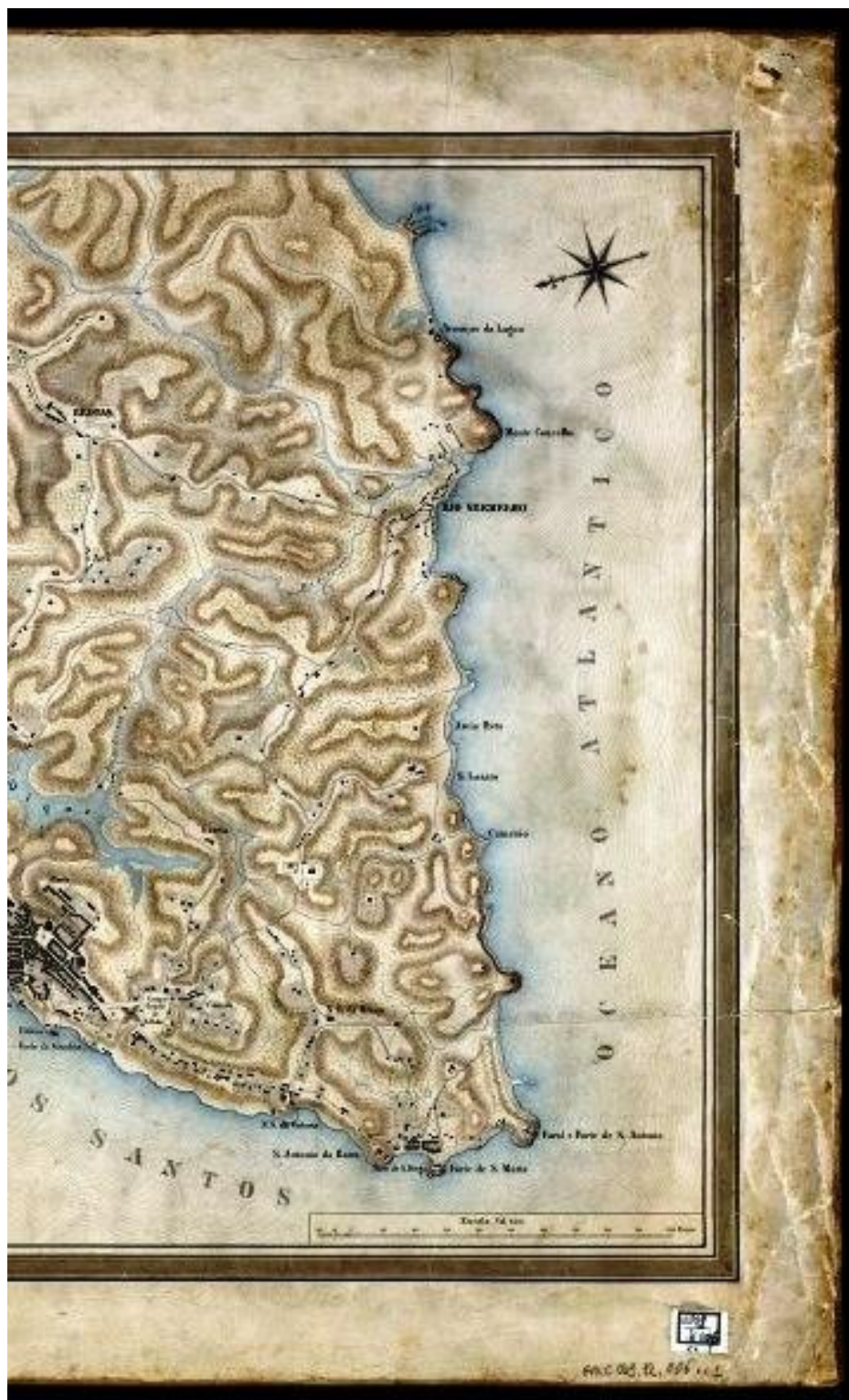
Ao longo dos anos e favorecidos pela expansão comercial na região, surgiram diversos portos na Cidade Baixa ao longo da falha. Muitos destes eram separados de acordo com a função para que servissem, tudo isto foi resultado das mudanças que ocorriam na região, já que esta passava por um crescente desenvolvimento econômico baseado na comercialização dos produtos gerados pela agricultura açucareira e fumageira, além da necessidade cada vez maior de escravos a serem usados nos engenhos em constante expansão. Além dos portos, trapiches, capelas e estaleiros se localizavam em sua grande maioria no litoral ou adjacente a áreas que tinham algum tipo de influência nas relações comerciais, proporcionando assim uma área de abrangência dinâmica e com grande representatividade comercial durante os séculos iniciais do período Colonial (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997).



Figura 11 - Mappa Topographica da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios, levantada e dedicada a Illustre Assembleia Provincial, por Carlo Augusto Weyll e publicada por Ferd. Glocker, impressa em Stuttgart por El Malte. Elaborado por volta de 1851.

Para melhor visualizar a expansão urbana que estava consolidada ao final do período Colonial, o mapa da Figura 11, foi dividido em três partes:





Como pode ser observada nas imagens acima, houve uma expansão urbana descentralizada nos anos finais do período Colonial e pode-se notar que a população ocupava não mais apenas a região central, localizada nas Cidades Alta e Baixa, mas acabou “migrando” para toda a região do litoral baiano e interiores.

Tal expansão pode ser caracterizada, nos anos iniciais, no sentido Norte/Sul da região onde primeiro foi fundada a cidade e posteriormente passou a se dar em direção ao interior do território e para as regiões voltadas para oceano Atlântico e para as fazendas na região do Recôncavo Baiano.

Levando-se em consideração as informações apresentadas ao longo desta Monografia, pode-se concluir que Salvador foi uma cidade que ao mesmo tempo em que teve sua estrutura urbana em muitos lugares mantidas passou por uma significativa expansão urbana quando comparados os anos iniciais do período Colonial com os seus anos finais. Sendo uma cidade pensada para crescer e ao mesmo tempo ser ponto de localização para quem viesse da Metrópole em busca de novas riquezas na então capital da colônia.

Desde sua fundação foi pensada como uma cidade militar, seja como defensora do território seja como uma cidade que servisse para conquistar novas regiões no território desconhecido. Mas ao mesmo tempo em que ela era bélica, era também religiosa, o que se pode observar com a significativa quantidade de prédios religiosos erguidos não apenas no perímetro urbano, mas também aquelas que eram erguidas em áreas periurbanas.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como ponto de partida as pesquisas realizadas pela autora no projeto *Atlas Digital da América Lusa*, coordenado pelo professor Tiago Gil, e sua elaboração foi pensada visando suprir a carência que há na área de cartografia histórica relacionada com a expansão urbana e questões militares e religiosas.

Assim, tendo em vista a pouca bibliografia acerca do tema em estudo, houve a necessidade de se elaborar uma metodologia não apenas para a análise dos mapas que foram estudados, mas também de relacioná-los com a expansão urbana, onde neste momento houve a ajuda da professora Lúcia Cidade para que fosse mesclado o conhecimento histórico cartográfico com questões urbanas.

A primeira questão de pesquisa indagava qual o papel da dinâmica política, econômica, social e cultural como condicionante geral da urbanização em Salvador. A análise mostrou que elas influenciaram a modelagem urbana, assim como direcionaram sua expansão.

A segunda questão de pesquisa indagava em que medida as normas e diretrizes urbanísticas foram incorporadas nas políticas de gestão do território e qual o papel de agentes dominantes nas ações efetivamente implantadas na cidade. A análise mostrou que durante os anos iniciais do colonialismo português houve implantação de técnicas de construção e de planejamento que eram postas em prática em Portugal, assim como mostrou que com o passar dos anos estas técnicas passaram por adaptações ao serem projetadas no território brasileiro.

A terceira questão de pesquisa indagava no quadro da expansão urbana, como se relacionam os processos dominantes, a organização espacial e a paisagem em Salvador. A análise mostrou que o relevo do território e suas características geográficas influenciaram constantemente sua expansão urbana.

Salvador, desde a sua ocupação foi pensada como uma cidade porto, um lugar que faria “a ponte” entre a Colônia e a Metrópole, e com o decorrer de sua existência estabeleceu diversas redes e das mais variadas espécies. Algumas redes resultaram das relações comerciais resultantes da comercialização do açúcar gerado no Recôncavo

Baiano, enquanto outras iam surgindo à medida que desbravadores adentravam no continente até então desconhecido.

Apesar de Salvador servir como cidade porto, ao mesmo tempo era rodeada por muros que durante algumas décadas³⁰ fizeram com que o seu crescimento fosse tímido e contido entre tais cercamentos. Assim, a cidade durante os anos iniciais do período Colonial não cresceu muito em extensão territorial e sim aumentou a concentração de prédios construídos dentro dos muros que a cercavam.

No que tange à cartografia histórica, é necessário cuidado ao se analisar os mapas. Deve-se ter cuidado com as informações que estão presentes no mapa, pois em alguns casos é apenas o esqueleto do que pode vir a ser uma determinada região, como foi o caso de uma das figuras aqui expostas, onde a planta urbana foi elaborada para mostrar à Metrópole quão grandiosa era a capital de sua Colônia. Contudo, a presente planta não apresentava os prédios que de fato haviam sido erguidos, alguns foram erguidos anos após esta informação ser dada a Coroa.

No âmbito religioso, sabe-se que a cidade, por mais que tenha sido criada por maioria católica “guardou seus deuses afros, os orixás, que vieram reinar gloriosos em seus terreiros. Por fim, aberta, acolhe todas as crenças, todas as religiões, todas as igrejas, todos os credos” (MARTINEZ; BERTUTTI, 1997, p.26). Fator que contribuiu para a modelagem territorial.

³⁰ Os muros foram derrubados em meados do século XVI.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SALVADOR. Disponível em:
<<http://www.arquidiocesosalvador.org.br/>>. Acesso em: 11 set. 2012.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 1983.

CLARK, David – **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, R.C.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio: Bertrand Brasil, 2003.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, Jul. 2000.

FORTALEZAS. Disponível em:<<http://www.fortalezasmultimedia.com.br/fortalezas/index.php?PHPSESSID=jujplbgvu>>. Acesso em: 11 set. 2012.

GIUDICE, Dante Svero; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. O processo recente de favelização em Salvador: o exemplo do Calabar. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v.2, n.3, jan. 2000.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 11 set. 2012.

IGHB. Disponível em: <<http://www.ighb.org.br/>>. Acesso em: 11 set. 2012.

IPHAN. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 11 set. 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOES. **Igrejas Históricas de Salvador.** Brasília, 2006.

MARTINEZ, Socorro Targino; BERTUTTI, Sérgio. **Bahia: signos da fé.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Roberto de. Bases de formação territorial do Brasil. **Geografares**, n. 2, jun. 2001.

OMEGNA, Nelson. **Cidade colonial (a).** Rio de Janeiro: J Olympio, 1961.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do recôncavo:** Matoin, Novo, Caboto, Freguezia: 1552-1944. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil:1500-1720.** São Paulo: Pini, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: EdUSP, 2000.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SCHWENK, Lunalva Moura; CRUZ, Carla Bernadet Madureira. Os processos espaciais como mediadores na transformação do espaço geográfico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.** Maringá, v. 26, n. 2, jul. 2004.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SJOBERG, Gideon. **Origem e evolução das cidades**. In: DAVIS, Kingsley et alii. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SOARES, Antonio Mateus de C. “Territorialização” e pobreza em Salvador- BA. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v,4, n2, dez. 2006

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade vista por dentro. In: **ABC do desenvolvimento Urbano**. Rio, Bertrand Brasil, 2005/4. A cidade vista por dentro.

SPOSITO, Maria Encaranação. **Capitalismo e urbanização**. Editora Contexto. 2005

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “idade de ouro” de Salvador. **Revista Território**, v.2, 1997.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período Colonial. **Revista de desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.2, n3, jan. 2000.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

APENDICE A – QUADRO COM LOCALIZAÇÃO DAS IGREJAS

Igrejas	Ano de Construção	Derrubada	Latitude	Longitude	Referência
Igreja de N. Sra. Da Ajuda	1549		-12.975964	-38.512930	a
Santa Casa da Misericórdia da Bahia	1549		-12.973911	-38.512046	b
Igreja e Abadia da Graça	1530		-12.999594	-38.523517	a
Basílica de N. Sra. da Conceição da Praia	reedificada entre 1736 e 1765		-12.975308	-38.514326	a
Primeiro Colégio dos padres Jesuítas	1550		-12.972355	-38.509848	c
Igreja N. Sra. de Escada	1536		-12.881237	-38.482695	c
Antiga igreja da Sé	1552	1933	-12.973361	-38.511812	c
Igreja dos Jesuítas	1561/1585		-12.972820	-38.510429	c
Igreja/Convento de N. Sra. do Carmo	1586		-12.968971	-38.507418	a
Convento de São Francisco	1587/1596	destruído durante a invasão holandesa	-12.974772	-38.509304	a
Igreja de Santo Antônio da Barra	1560		-13.001302	-38.532207	c
Igreja de São Paulo	1557		-12.928774	-38.519328	c
Santuário Monte Serrat	1580		-12.928774	-38.513985	c
Igreja N. Sra de Mont Serrat	1591		-12.928774	-38.519328	c
Mosteiro e Convento de São Bento	1582		-12.979234	-38.513985	a
Igreja de Santo Antônio além do Carmo	1595		-12.963709	-38.503300	c
Igreja de São Francisco	1587		-12.974661	-38.509106	a
Igreja N. Sra. Da Vitória	1561		-12.996205	-38.528024	c
Igreja e Convento de N. Sra. da Palma	1630		-12.977764	-38.510949	c
Catedral Basílica	1604		-12.972820	-38.510429	a
Convento de São Francisco (atual)	1686		-12.974772	-38.506736	a
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	erguida em 1644 reconstruída em 1703		-12.974542	-38.508730	a
Igreja/Convento de N. Sra. do Desterro (Igreja de Santa Clara do Desterro)	1665		-12.977225	-38.506736	a
Igreja de São Pedro	1679		-12.983269	-38.515658	c

Igrejas	Ano de Construção	Derrubada	Latitude	Longitude	Referência
Velho					
Convento Santa Clara do Desterro	1681		-12.977077	-38.511927	a
Igreja/Convento de Santa Tereza de Ávila	1665/1697		-12.978996	-38.516265	a
Igreja/Convento da Piedade	1683		-12.983439	-38.514476	c
Igreja de N. Sra. Do Rosário dos Homens Pretos	1685		-12.971123	-38.508091	a
Igreja da Santa Casa da Misericórdia	1658		-12.973874	-38.511927	a
Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo	1709	1788 por incêndio	-12.969271	-38.507318	a
Igreja da Barroquinha	1722		-12.977390	-38.513769	c
Igreja de N. Sra. da Saúde e Glória	1723		-12.972551	-38.505836	d
Igreja de N. Sra. Da Barroquinha	1722		-12.973032	-38.509495	c
Igreja da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão	1731		-12.973464	-38.509355	a
Basílica de Nosso Senhor do Bonfim	1746		-12.923740	-38.508105	a
Igreja N. Sra. de Brotas	1718		-12.989323	-38.482064	c
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão	1726 a 1844		-12.966227	-38.505760	c
Igreja N. Sra. da Boa Viagem	1712-1714		-12.989323	-38.482064	c
Igreja de São Pedro dos Clérigos	por volta de 1709		-12.973032	-38.509495	a
Igreja dos Aflitos	1824		-12.983984	-38.519906	c
Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana	1747		-12.977015	-38.508450	d
Matriz do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo	1736		-12.969594	-38.508307	d
Igreja/Convento de N. Sra. da Lapa	1733		-12.981337	-38.512608	c
Matriz de N. Sra. do Pilar	1739		-12.965892	-38.506670	c
Capela da Santíssima Trindade	1733		-12.960147	-38.503182	c
Igreja de N. Sra. da Penha de França	1742		-12.909759	-38.496420	c

Igrejas	Ano de Construção	Derrubada	Latitude	Longitude	Referência
Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo (atual)	por volta de 1651		-12.969271	-38.507318	c
Capela do Cemitério do Campo Santo	1870		-12.998491	-38.514457	c
Igreja da Piedade	1854		-12.880489	-38.685232	c

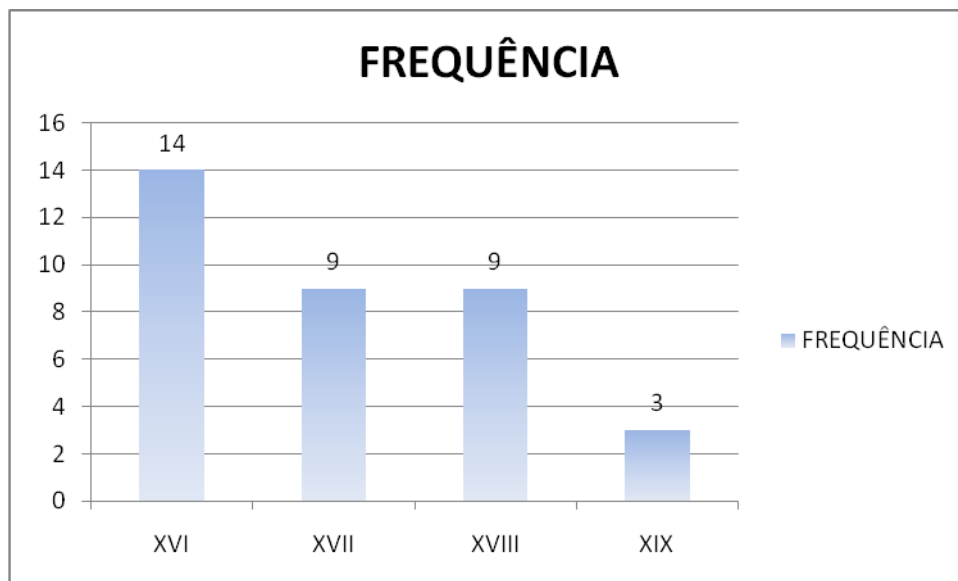
Referências

- a **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Igrejas Históricas de Salvador.** Brasília, 2006.
- b **RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- c **VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: Transformações e permanências (1549-1999).** Ilhéus: Editus, 2002.
- d **MARTINEZ, Socorro Targino; BERTUTTI, Sérgio. Bahia: signos da fé.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1997.

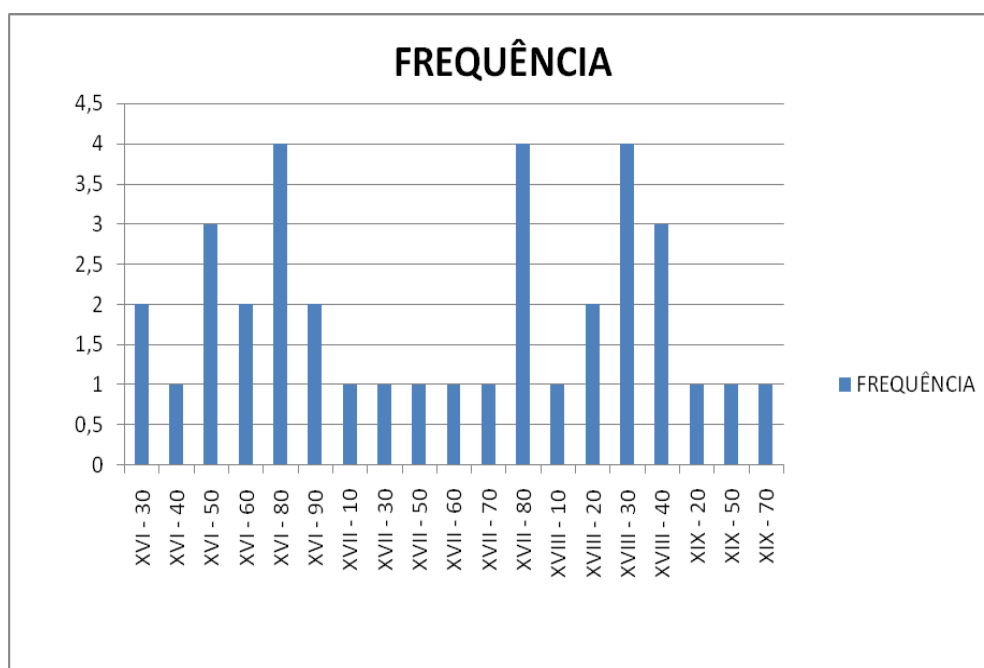
APÊNDICE B – QUADRO COM LOCALIZAÇÃO DOS FORTES

Fortes	Ano de Construção	Latitude	Longitude
Forte de Santo Antônio da Barra Farol da Barra	1536	-13.010330	-38.532912
Forte de São Marcelo Forte do Mar	1605 [ou 1608]	-12.969923	-38.517922
Forte de Santo Alberto Forte da Lagartixa	1610	-12.955160	-38.501966
Forte de São Diogo	1616	-13.001858	-38.532820
Forte de Santa Maria	1646	-13.004475	-38.533913
Forte de Santo Antônio além do Carmo	1624	-12.962587	-38.503302
Forte de São Paulo da Gamboa	1646	-12.985313	-38.522725
Forte de São Pedro	1624	-12.987433	-38.520736
Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo Forte do Barbalho	1638	-12.964961	-38.500028
Forte de Mont Serrat	1583	-12.929927	-38.517685
Forte dos Aflitos	1639	-12.984833	-38.520275
Forte de São Lourenço	1631	-12.879522	-38.685291

**APÊNDICE C– QUADRO COM A FREQUÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DAS
IGREJAS**



Frequência agrupada por séculos



Frequência agrupada por décadas em cada século.